

07/12

Apensado
PL 1.528/96

(ORDINÁRIA)



CÂMARA DOS DEPUTADOS

(DO SR. NELSON MARCHEZAN)

DESARQUIVADO

ASSUNTO:

Estabelece diretrizes para a desconcentração industrial.

DESPACHO: COM. ECONOMIA, IND. E COMÉRCIO - FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO - CONST. E JUSTIÇA E DE REDAÇÃO. - ART. 24, II.

AO ARQUIVO em 16 de janeiro de 1996

DISTRIBUIÇÃO

- Ao Sr. _____, em _____ 19____
- O Presidente da Comissão de _____
- Ao Sr. _____, em _____ 19____
- O Presidente da Comissão de _____
- Ao Sr. _____, em _____ 19____
- O Presidente da Comissão de _____
- Ao Sr. _____, em _____ 19____
- O Presidente da Comissão de _____
- Ao Sr. _____, em _____ 19____
- O Presidente da Comissão de _____
- Ao Sr. _____, em _____ 19____
- O Presidente da Comissão de _____
- Ao Sr. _____, em _____ 19____
- O Presidente da Comissão de _____
- Ao Sr. _____, em _____ 19____
- O Presidente da Comissão de _____
- Ao Sr. _____, em _____ 19____
- O Presidente da Comissão de _____

PROJETO N.º 1.382 DE 1995



CÂMARA DOS DEPUTADOS
PROJETO DE LEI Nº 1.382, DE 1995
(DO SR. NELSON MARCHEZAN)



Estabelece diretrizes para a desconcentração industrial.

(ÀS COMISSÕES DE ECONOMIA, INDÚSTRIA E COMÉRCIO; DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO; E DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE REDAÇÃO) — ART. 24, II)

GER 3.21.01.007-8 (DEZ/94)

industrial.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O Poder Executivo desenvolverá as políticas fiscal, industrial, tecnológica, agrícola e de crédito tendo como objetivo a promoção da desconcentração industrial.

Parágrafo único. A desconcentração industrial será efetivada através do ordenamento da atividade industrial em todo território nacional visando o desenvolvimento econômico equilibrado e a redução das desigualdades regionais.

Art. 2º Fica criado o Programa de Desconcentração de Investimentos Industriais (PDII) a ser gerido, na forma de regulamento, pelo Poder Executivo, através dos Ministérios da Indústria, do Comércio e do Turismo, da Fazenda, do Planejamento e Orçamento e da Ciência e Tecnologia.

Art. 3º O PDII deverá promover investimentos e a criação de centros e complexos industriais nas regiões de menor densidade industrial do país, fazendo uso, para tanto, dos seguintes mecanismos, sem prejuízo de outros definidos em regulamento:

- I - concessão de benefícios fiscais;
- II - linhas de crédito favorecidas;
- III - apoio a criação de centros industriais;



CÂMARA DOS DEPUTADOS



IV - seletividade na distribuição dos investimentos públicos em infra-estrutura e nos novos empreendimentos das empresas estatais;

V - alocação de centros de excelência em ciência e tecnologia, financiados com verbas públicas, nas áreas de menor densidade de atividade industrial.

Art. 4º A definição dos projetos prioritários, no âmbito do PDII, levará em conta os seguintes critérios:

I - capacidade de competição em nível internacional e potencial de conquista de mercados, notadamente externos, tirando proveito das vantagens comparativas do País;

II - maiores efeitos indiretos e, por consequência, maior multiplicador de renda e de emprego, na região e no País, nesta ordem;

III - nível tecnológico e capacidade para absorver e difundir novas tecnologias;

IV - potencialidade de mobilização e multiplicação dos recursos privados envolvidos;

V - menor custo de implantação;

VI - uso intensivo de insumos regionais.

Parágrafo único. Será dada ênfase, na medida do possível, à implantação de complexos e centros integrados e a empreendimentos com capacidade estruturadora sobre a indústria regional.

Art. 5º Os projetos industriais considerados, no âmbito do PDII, como prioritários para a desconcentração industrial, poderão, na forma do regulamento, fazer jus à:

I - redução de até cem por cento do Imposto de Importação e do Imposto sobre Produtos Industrializados incidente sobre máquinas, equipamentos, aparelhos, instrumentos e materiais, seus respectivos acessórios, sobressalentes e ferramentas, destinados a integrar o ativo imobilizado das empresas;

II - redução de até noventa e cinco por cento do Imposto de Importação incidente sobre matérias-primas, partes, peças, componentes, conjuntos e subconjuntos, acabados e semi-acabados, destinados à linha de produção da empresa beneficiária e ao atendimento do mercado de reposição dos mesmos itens;

III - depreciação dos investimentos em capital fixo, a serem utilizados em seus processos industriais, em até 36 quotas mensais.

§ 1º O benefício estabelecido no inciso II deste artigo poderá ser ampliado para até noventa e nove por cento do Imposto de Importação, desde que, em cada ano calendário, a partir do segundo ano de sua implantação, tenham apresentado as



CÂMARA DOS DEPUTADOS



indústrias beneficiárias, no ano anterior, incremento na produção de no mínimo cinco por cento.

§2º O benefício previsto no inciso II deste artigo tem, inclusive na hipótese determinada no parágrafo anterior, duração restrita a no máximo 240 meses contados a partir do primeiro desembaraço aduaneiro das mercadorias em questão, e será obrigatoriamente decrescente no tempo, à razão de no mínimo um décimo por cada dois anos.

§3º Os bens referidos neste artigo serão internalizados no país através de procedimento aduaneiro simplificado.

Art. 6º O Poder Executivo definirá a política oficial de crédito de forma a promover a desconcentração industrial de acordo com as diretrizes definidas no âmbito do PDII.

Parágrafo único. Os estabelecimentos oficiais de crédito deverão, na forma do regulamento, estabelecer linhas de financiamento próprias e favorecidas para os projetos industriais desenvolvidos no âmbito do PDII.

Art. 7º O Governo Federal poderá decretar, nos termos do art. 5º, inciso XXIV, da Constituição Federal, a desapropriação de terras destinadas à implantação de Distritos, Centros e Complexos Industriais aprovados pelo PDII, promovendo então a venda de lotes a pessoas jurídicas de direito privado responsáveis pelo gerenciamento de tais empreendimentos.

Parágrafo único. Ao Poder Executivo caberá:

a) realizar ou financiar estudos de viabilidade técnica que identifiquem oportunidades de implantação de Centros e Complexos Industriais que melhor se adequem e aproveitem as potencialidades de cada região;

b) fornecer ou financiar, diretamente ou através de convênios com Estados e Municípios interessados, assistência técnica e consultoria gerencial e mercadológica para a implantação dos empreendimentos industriais referidos neste artigo, mormente no que se refere à comercialização dos produtos em escala global.

Art. 8º O Poder Executivo, no âmbito do PDII, definirá diretrizes de desconcentração industrial que deverão ser consideradas quando da elaboração do orçamento federal de investimentos nos setores de transportes, energia, comunicações e ciência e tecnologia, de forma a dotar as regiões de menor densidade industrial de vantagens comparativas para a absorção de novos empreendimentos industriais.

Art. 9º Passa a ser objetivo subsidiário de todas as empresas sob controle da União a promoção da desconcentração industrial.

§ 1º O Poder Executivo determinará às empresas industriais sob o controle acionário da União que, sem prejuízo de suas finalidades e com o



CÂMARA DOS DEPUTADOS



acompanhamento dos necessários levantamentos de custos e estudos de viabilidade, submetam seus planos estratégicos e de investimento às diretrizes de desconcentração industrial definidas no âmbito do PDII.

§ 2º A promoção da desconcentração industrial constará como parâmetro e como objetivo a ser atingido em qualquer compromisso vinculado a desempenho firmado pela União com empresas sob o seu controle, tais como convênios de desempenho, contratos de gestão ou quaisquer outros instrumentos similares que venham a ser definidos em legislação pertinente.

§ 3º No caso das sociedades de economia mista regidas pela Lei nº 6.404/76, a União ressarcirá as empresas de eventuais perdas econômicas, objetivamente constatadas, provocadas pela submissão dos planos de investimento e de expansão da empresa às diretrizes de desconcentração industrial.

§ 4º O montante do ressarcimento previsto no parágrafo anterior será definido em negociações diretas e, na medida do possível, prévias, a serem travadas, nos termos de regulamento, entre o Poder Executivo e a diretoria das empresas envolvidas, sendo obrigatória a presença de representante dos acionistas minoritários.

Art. 10. O Poder Executivo terá como diretriz de atuação estratégica, na área de ciência e tecnologia, a implantação, o fomento à criação e a transferência de centros de excelência em pesquisa e desenvolvimento tecnológico para regiões de baixa densidade industrial.

Parágrafo único. Será dada preferência na expansão da rede de centros de pesquisa tecnológica de qualquer forma financiados por verbas federais aos centros localizados em regiões de baixa densidade industrial e com melhores condições de promover a difusão tecnológica, o fomento e a criação de empresas industriais em sua área de influência.

Art. 11. O Poder Executivo regulamentará esta lei no prazo de noventa dias.

Art. 12. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 13. Revogam-se as disposições em contrário.

JUSTIFICAÇÃO

Um dos pontos curiosos concernentes à vida econômica brasileira é a questão da desconcentração industrial.



Já há muito tempo campeja de forma praticamente unânime no País a noção de que são válidas e necessárias ações no sentido de promover uma distribuição mais equilibrada das novas indústrias, de forma tanto a minorar problemas ambientais e de aglomeração nos grandes centros urbanos, quanto também visando combater o desequilíbrio entre os níveis de renda e de desenvolvimento das diversas regiões do país.

Todavia, não obstante tal unanimidade, em poucas áreas da política econômica e industrial, a ação estatal tem sido tão desorganizada e pouco efetiva.

Nossa preocupação com o tema é antiga. Já em 1976, apresentamos à apreciação desta Casa o Projeto de Lei de nº 3.048, o qual pretendia suprir a lacuna institucional qualificada pela falta de uma lei que determinasse diretrizes básicas para a política de desconcentração industrial. Apesar, contudo, de aprovado nas Constituições de Constituição, Justiça e de Redação e de Economia, Indústria e Comércio, o referido Projeto não chegou a ser apreciado em Plenário, tendo sido arquivado ao término da legislatura.

Naquela oportunidade já apontávamos o grande desequilíbrio resultante do caráter concentrador, desde que deixado sob as livres forças do mercado, do desenvolvimento industrial brasileiro, pois, em 1970, a região Sudeste, pólo da industrialização brasileira, ocupando 10% do território nacional, era responsável por 44% da População Economicamente Ativa e por cerca de 62% do Produto Interno Bruto do País. Já sua renda *per capita* superava em 50% a média nacional, em 55% a renda da região Sul e em quase 200% a renda da região Nordeste!

Infelizmente, pouco mudou nesses 20 anos. Os dados existentes para 1980 e 1990, ao contrário, confirmam a manutenção de tais tendências, sem alterações qualitativas significativas. Em 1980, por exemplo, informações do IBGE apontam que a renda *per capita* da região Sudeste era ainda cerca de 43% superior à média nacional, 32% por cento superior à renda da região Sul e 240% superior à renda nordestina.

Já em 1990, valores projetados pela FGV-EBAP, a partir de dados do mesmo IBGE, e publicados no relatório final da Comissão Mista do Congresso Nacional que avaliou o desequilíbrio econômico inter-regional brasileiro, indicam a região Sudeste respondendo por 60,9% do PIB e com renda per capita 40,3% superior à média nacional, 27,9% maior que a da região Sul e 202% superior à da Região Nordeste.



Em todos esses anos, a ação governamental para enfrentar o problema do desequilíbrio econômico entre as regiões, e, em particular, a questão da desconcentração industrial, ademais de pouco efetiva, pecou pela asistematicidade e falta de continuidade das iniciativas. Sob o prisma institucional, continua o país carente de legislação que forneça as diretrizes fundamentais para as atividades do Estado nesta área.

O presente Projeto de Lei pretende, precisamente, disciplinar esta questão, fornecendo diretrizes para a desconcentração industrial que sirvam de parâmetro para uma ação construtiva do Governo Federal em prol da redução dos desequilíbrios regionais, de resto em obediência ao preceito disposto no artigo 43 da Constituição Federal.

Para tanto, de início, não se perdem de vista as características atuais do desenvolvimento industrial, como também levam-se em conta os sucessos e fracassos das políticas similares já desenvolvidas no Brasil e em outros países.

Vivemos uma era de franca e irreversível globalização da economia, na qual, em particular no setor industrial, a eficiência e a competitividade em escala global são condições de sobrevivência econômica.

Nesse contexto, uma política sustentável de desconcentração deve se basear no estímulo à instalação, nas regiões de menor densidade industrial, de empreendimentos que melhor combinem o aproveitamento das vantagens comparativas de cada região, de forma competitiva internacionalmente, com maiores efeitos indiretos internos e boa capacidade de desenvolvimento e difusão tecnológica e gerencial. Preferencialmente, a ênfase deve ser dada à implantação de complexos e centros industriais com capacidade estruturadora sobre a economia regional.

Deve-se fugir do passado das políticas de desenvolvimento regional brasileiras - que são o que de mais próximo temos de uma verdadeira política de desconcentração industrial -, quase sempre elaboradas de forma desarticulada com a política desenvolvimentista global e sem coordenação com a política industrial, e nas quais os projetos aprovados muitas vezes trabalham com perspectivas de demanda e de padrão de eficiência voltados para o mercado local, não possuindo capacidade dinâmica para alavancarem a economia regional e, não raro, tendo reduzidas condições de sobrevivência sem algum tipo de subsídio ou de proteção de mercado.



O corolário de tal política, por exemplo, no Nordeste, foi uma malha industrial que, não obstante o elevado custo para o país, peca pela dispersão e pela falta de articulação, e que em pouco modificou a situação relativa do desenvolvimento industrial da região.

Seguindo os parâmetros acima dispostos, o que ora propomos é o estabelecimento de um esforço integrado do Governo da União em favor da desconcentração industrial, sem, todavia, recair no paternalismo ineficiente do Estado. Determina-se a criação do Programa de Desconcentração de Investimentos Industriais (PDII), o qual, primordialmente, deve representar a coordenação das diversas políticas governamentais afins com a matéria - fiscal, industrial, tecnológica, agrícola e de crédito - em torno do objetivo de, sem prejuízo da eficiência e da competitividade, desconcentrar o parque industrial brasileiro e promover o desenvolvimento econômico equilibrado.

No âmbito do PDII devem ser estabelecidas diretrizes para a política de desconcentração industrial que nortearão a atividade governamental na matéria. Três ordens de instrumentos serão primordiais na execução da política de desconcentração propugnada.

Em primeiro lugar, será concedido apoio direto a empreendimentos e à criação de Distritos, Centros e Complexos Industriais que sejam considerados prioritários no âmbito do PDII, de forma a contrabalançar as economias de aglomeração que pesam em favor da concentração espacial dos investimentos. Tal apoio se dará: por meio de concessão de benefícios fiscais aos investimentos iniciais em tais projetos, qualificado, principalmente, em isenção de impostos para a importação de máquinas e equipamentos e em isenção temporária e decrescente dos mesmos impostos para importação de partes, peças e matérias-primas; pela via da concessão de crédito favorecido para os projetos do PDII; e através de apoio logístico, financeiro, gerencial e mercadológico para a implantação de Distritos, Centros e Complexos Industriais Integrados.

Em segundo lugar, determina-se o redirecionamento dos investimentos públicos em infra-estrutura e em ciência e tecnologia, de forma a criar externalidades positivas favoráveis à implantação de projetos industriais com potencial dinâmico nas regiões de menor densidade industrial.



CÂMARA DOS DEPUTADOS



Por fim, dispõe-se sobre a utilização das empresas estatais, a exemplo do que foi feito, com grande sucesso, na França e em outros países, como instrumentos da política de desconcentração industrial, redirecionando-se, sob este critério, seus planos estratégicos e de investimento. O potencial dinâmico e estruturador dos investimentos das empresas do Estado seria, dessa forma - e em conformidade, inclusive, com o que determina, nesse sentido, a Constituição Federal -, utilizado como atrativo de investimentos e como pólo de desenvolvimento das regiões de menor densidade industrial, garantido, contudo, em proteção aos acionistas minoritários, nos casos das estatais de capital aberto, o ressarcimento, com verbas orçamentárias, das perdas econômicas em que eventualmente incorram estas empresas em tal papel.

O Projeto remete ainda ao Poder Executivo a edição de regulamento detalhando operacionalmente os procedimentos previstos, uma vez que a flexibilidade necessária para tais normas não se coaduna com sua fixação em lei. Este regulamento, todavia, deve ser editado em até noventa dias após a promulgação da lei que resultar da presente iniciativa.

Esta é a nossa colaboração para a discussão de tão importante matéria, a qual, estamos certos, será aprovada por esta Casa, sensível que é à premência das questões enfrentadas, depois, fazemos votos, de fazer jus às valiosas contribuições de nossos pares.

Sala das Sessões, em 13 de 12 de 1995.


Deputado Nelson Marchezan

506722.105



CONSTITUIÇÃO

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

1988

TÍTULO II

DOS DIREITOS E GARANTIAS FUNDAMENTAIS

CAPÍTULO I

DOS DIREITOS E DEVERES INDIVIDUAIS E COLETIVOS

Art. 5.º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:

XXIV – a lei estabelecerá o procedimento para desapropriação por necessidade ou utilidade pública, ou por interesse social, mediante justa e prévia indenização em dinheiro, ressalvados os casos previstos nesta Constituição;

TÍTULO III

DA ORGANIZAÇÃO DO ESTADO

CAPÍTULO VII

DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

SEÇÃO IV

DAS REGIÕES

Art. 43. Para efeitos administrativos, a União poderá articular sua ação em um mesmo complexo geoeconômico e social, visando a seu desenvolvimento e à redução das desigualdades regionais.

§ 1.º Lei complementar disporá sobre:

I – as condições para integração de regiões em desenvolvimento;

II – a composição dos organismos regionais que executarão, na forma da lei, os planos regionais, integrantes dos planos nacionais de desenvolvimento econômico e social, aprovados juntamente com estes.

§ 2.º Os incentivos regionais compreenderão, além de outros, na forma da lei:

I – igualdade de tarifas, fretes, seguros e outros itens de custos e preços de responsabilidade do poder público;



II – juros favorecidos para financiamento de atividades prioritárias;

III – isenções, reduções ou diferimento temporário de tributos federais devidos por pessoas físicas ou jurídicas;

IV – prioridade para o aproveitamento econômico e social dos rios e das massas de água represadas ou represáveis nas regiões de baixa renda, sujeitas a secas periódicas.

§ 3.º Nas áreas a que se refere o § 2.º, IV, a União incentivará a recuperação de terras áridas e cooperará com os pequenos e médios proprietários rurais para o estabelecimento, em suas glebas, de fontes de água e de pequena irrigação.

LEI Nº 6.404, DE 15 DE DEZEMBRO DE 1976 (*)

Dispõe sobre as sociedades por ações.

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

CAPÍTULO I

CARACTERÍSTICAS E NATUREZA DA COMPANHIA OU SOCIEDADE ANÔNIMA

Características

Art. 1º A companhia ou sociedade anônima terá o capital dividido em ações, e a responsabilidade dos sócios ou acionistas será limitada ao preço de emissão das ações subscritas ou adquiridas.

Objetivo Social

Art. 2º Pode ser objeto da companhia qualquer empresa de fim lucrativo, não contrário à lei, à ordem pública e aos bons costumes.

§ 1º Qualquer que seja o objeto, a companhia é mercantil e se rege pelas leis e usos do comércio.

§ 2º O estatuto social definirá o objeto de modo preciso e completo.

§ 3º A companhia pode ter por objeto participar de outras sociedades; ainda que não prevista no estatuto, a participação é facultada como meio de realizar o objeto social, ou para beneficiar-se de incentivos fiscais.

Proposição: PL. 1382/95

Autor: NELSON MARCHEZAN - S. PART. / RS

Data Apresentação: 13/12/95

Ementa: Projeto de lei que estabelece diretrizes para a desconcentração industrial.

Despacho: As Comissões:

Economia, Indústria e Comércio

Finanças e Tributação

Constituição e Justiça e de Redação



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Defiro. Apense-se ao Projeto de Lei nº 1.382/95 o Projeto de Lei nº 1.528/96. Oficie-se ao Requerente e, após, publique-se.

Em 14 / 01 / 97.

Presidente

REQUERIMENTO

(Do Sr. Cunha Lima)

Solicita a tramitação conjunta dos Projetos de Lei nº 1.382/95 e 1.528/96

Senhor Presidente:

Tendo sido designado Relator, na Comissão de Economia, Indústria e Comércio, dos Projetos de Lei nºs 1.382/95, do Deputado Nelson Marchezan, que "estabelece diretrizes para a desconcentração industrial", e 1.528/96, do Deputado Severino Cavalcanti, o qual "cria incentivos para as empresas situadas nos Estados menos desenvolvidos da Federação", requeiro a Vossa Excelência, nos termos dos arts. 142 e 143 do Regimento Interno, a tramitação conjunta das referidas proposições, por tratarem de assuntos correlatos.

Sala das Sessões, em de dezembro de 1996.

Deputado CUNHA LIMA

Relator

Lote: 74
Caixa: 69
PL N° 1382/1995
13

| | | |
|-----------------|-------------|-------|
| Dep. João Cunha | | 3711 |
| 19/12/96 | | 16:30 |
| Ass. Carlos | Banco: 3082 | |

SGM/P nº 37 /96

Brasília, 24 de janeiro de 1996.

Senhor Deputado,

Em atenção ao Requerimento S/Nº, de 1996, que "solicita a tramitação conjunta dos Projetos de Lei nºs 1.382/95 e 1.528/96", comunico-lhe que exarei o seguinte despacho:

"Defiro. Apense-se ao Projeto de Lei nº 1.382/95 o Projeto de Lei nº 1.528/96. Oficie-se ao Requerente e, após, publique-se".

Colho o ensejo para expressar a Vossa Excelência protestos de alta estima e distinta consideração.


LUIS EDUARDO
Presidente

A Sua Excelência o Senhor
DEPUTADO CUNHA LIMA
Gabinete 245 - Anexo IV
NESTA

SGM/P nº 315

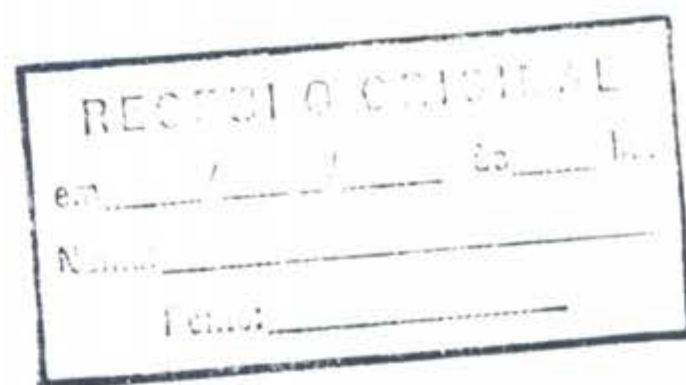
Brasília, 29 de abril de 1997.

Senhor Presidente,

Refiro-me ao Requerimento dessa Comissão, formulado no Ofício nº 309/97, de 25 de março deste ano, no sentido da sua inclusão como competente para apreciar o mérito de diversas proposições especificadas, para fazer encaminhar a Vossa Excelência, em anexo, cópia da Decisão exarada por esta Presidência sobre o assunto.

Colho o ensejo para renovar a Vossa Excelência protestos de elevado apreço e distinta consideração.


MICHEL TEMER
Presidente



A Sua Excelência o Senhor
DEPUTADO JOSÉ PRIANTE
Presidente da Comissão da Amazônia e de Desenvolvimento Regional
N E S T A

DECISÃO DA PRESIDÊNCIA

A Comissão da Amazônia e de Desenvolvimento Regional dirige-se à Presidência da Câmara dos Deputados, por meio do Ofício nº 309/97, para requerer a sua inclusão como competente para apreciar diversas proposições que especifica, as quais acham-se tramitando na Casa.

Defiro o que se pede em relação às proposições e mediante as condições que se seguem:

PLP 39/95, incluindo-a, para que se manifeste antes da CCJR;

PDC 334/96, PL 1.754/96, PDC 382/97, PDC 381/97, PL 314/95, PL 239/95, PL 624/95, PL 659/95 e PL 2.721/97, incluindo-a, para que se manifeste sobre estas proposições antes da CFT;

PL 2.154/96 e PL 2.163/96, incluindo-a, para que se manifeste sobre estas proposições antes da CEIC;

PL 2.431/96 e PL 2.630/96, incluindo-a, para que se manifeste sobre estas proposições antes da CECD;

PL 2.598/96, incluindo-a, para que se manifeste antes da CDCMAM;

Indefiro, entretanto, a inclusão pretendida em relação às proposições e pelas razões a seguir indicadas:


PL 2.340/96, PL 1.382/95, 2.631/96 e PL 2.628/96, por não dizerem respeito ao mérito da Comissão;

PDC 55/95, PDC 120/91, PL 2.499/96, PL 1.498/91, PL 3.822/93 e PLP 127/92, por estar encerrada a fase de apreciação de mérito dos Projetos pelas Comissões; e

PL 2.799/97, por ter sido arquivado nos termos do art. 164, § 1º, do RICD.

Oficie-se à Comissão requerente e, após, publique-se.

Em 29 / 04 / 97.


MICHEL TEMER
Presidente



CÂMARA DOS DEPUTADOS

COMISSÃO DE ECONOMIA, INDÚSTRIA E COMÉRCIO

TERMO DE RECEBIMENTO DE EMENDAS

PROJETO DE LEI Nº 1.382/95

Nos termos do art. 119, **caput**, I, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, o Sr. Presidente determinou a abertura - e divulgação na Ordem do Dia das Comissões - de prazo para apresentação de emendas, a partir de 12/12/96, por cinco sessões. Esgotado o prazo, não foram recebidas emendas ao projeto.

Sala da Comissão, em 7 de abril de 1997

Anamélia R.C. de Araújo
ANAMÉLIA RIBEIRO CORREIA DE ARAÚJO
Secretária



CÂMARA DOS DEPUTADOS
GABINETE DO SEGUNDO VICE-PRESIDENTE

Defiro, nos termos do art. 105, Parágrafo Único, do RICD o desarquivamento das seguintes proposições: PEC's 63/95, 76/95, 77/95, PL's: 995/95, 1528/96, 2822/97, 3282/97, 3592/97, 4052/98, 4206/98, 4338/98, PDC 737/98, PLP 65/95. Publique-se.

Senhor Presidente,

Em 02 / 03 / 99

PRESIDENTE.

Com fundamento no parágrafo único do art. 105 do Regimento Interno, requeiro o desarquivamento das seguintes proposições de minha autoria:

PEC 063/95

Ementa: Acrescenta parágrafo ao inciso XXXIV do art. 7º da CF. "Equiparam-se à categoria dos trabalhadores domésticos os trabalhadores de microempresa com até cinco empregados, assegurados a estes também o direito previsto no inciso III."

PEC 076-A/95

Ementa: Acrescenta ao texto do inciso XIII do art. 7º da CF: "e acordo individual quando o empregador for microempresa ou empresa de pequeno porte".

PEC 077/95

Ementa: Acrescenta ao texto do inciso V do art. 7º da CF: "dele excluídos os trabalhadores da microempresa e da empresa de pequeno porte".

PL 995/95

Ementa: Obriga a publicação dos gabaritos das provas dos concursos públicos para provimento de cargos ou empregos da Adm. Pública e impõe limites ao valor da taxa de inscrição.

PL 1528/96

Ementa: Cria incentivos para as empresas situadas nos Estados menos desenvolvidos da Federação.

PL 2822/97

Ementa: Define como ação criminosa a utilização de qualquer técnica destinada a reproduzir o mesmo biotipo humano.

PL 3282/97

Ementa: Denomina a BR 232 Rodovia Frei Damião e determina outras providências.

PL 3592/97

Ementa: Dispõe sobre a jornada de trabalho dos plantonistas da área de saúde.



PL 4052/98 ✓

Ementa: Estabelece prazo para que os aparelhos de televisão contenham dispositivo inibidor da recepção de programas impróprios para menores de 18 anos, fixa horário permissivo de exibição de programas dessa natureza para essa faixa etária, proíbe a produção, importação e a comercialização de jogos de vídeo-gama e similares, reproduzindo cenas de violência, e determina outras providências.

PL 4206/98 ✓

Ementa: Introduz modificação na Lei 9503, de 1997 - Código de Trânsito Brasileiro, para permitir o enquadramento dos veículos que especifica, como de aluguel, para o transporte coletivo de passageiros.

PL 4338/98 ✓

Ementa: Dispõe sobre o exercício da profissão de despachante aduaneiro e sobre a criação, organização e competência do Conselho Federal e dos Conselhos Regionais de Despachante Aduaneiro, e determina outras providências.

PDL 737/98 ✓

Ementa: Susta a aplicação de Norma Técnica expedida pelo Ministério da Saúde. Comissão de Seguridade e Família (Ramal 7016).

PLP 065/95 ✓

Ementa: "Anistia Frei Caneca e seus companheiros da rebelião republicana e torna sem efeito os Decretos Imperiais de 07/07/1824 e de 15/10/1827". (Retorna a Pernambuco, terras da Bahia).

Sala das Sessões, em 02 de Maio de 1999.

Deputado SEVERINO CAVALCANTI



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Defiro, nos termos do art. 105, Parágrafo Único, do RICD, o
desarquivamento das seguintes proposições: PL's: 742/95,
916/95, 1327/95, 1382/95, 1509/96, 1522/96, 2663/96,
2860/97, 2885/97, 2966/97, 3203/97, 3414/97, 3439/97,
3660/97, 4859/98, 4871/98, 4908/99. Publique-se.

Em 02/03 1999

PRESIDENTE.



REQUERIMENTO

Requer o desarquivamento de proposições.

Senhor Presidente,

Nos termos do art. 105, parágrafo único, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, requeiro a Vossa Excelência o desarquivamento dos projetos de lei, a seguir relacionados, que são de minha autoria:

- PL nº 742/95 Dispõe sobre o parcelamento de débitos com a previdência social e o FGTS, mediante retenção de parcela do fundo de participação dos municípios
- PL nº 916/95 Altera o Decreto-Lei 1166, de 15 de abril de 1971, que "dispõe sobre enquadramento e contribuição sindical rural".
- PL nº 1327/95 Introduce dispositivo na Lei 8.031, de 12 de abril de 1990, que "cria o Programa Nacional de Desestatização, e dá outras providências".
- PL nº 1382/95 Estabelece diretrizes para a desconcentração industrial.
- PL nº 1509/96 Dispõe sobre o Plano Plurianual para a Triticultura Nacional.
- PL nº 1522/96 Autoriza as pessoas físicas a deduzirem do imposto de renda devido, o valor de doações às instituições de ensino superior públicas.
- PL nº 2663/96 Concede estímulos à constituição de novas entidades fechadas de previdência privada.



CÂMARA DOS DEPUTADOS



- PL nº 2860/97 Dá nova redação ao artigo quarto da Lei n.º 9.427, de 26 de Dezembro de 1996, que institui a Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, disciplina o regime das concessões de serviços públicos de energia elétrica e dá outras providências.
- PL nº 2885/97 Acrescenta dispositivos à Lei n.º 8.436, de 25 de junho de 1992, que institucionaliza o Programa de Crédito Educativo para estudantes carentes.
- PL nº 2966/97 Altera o artigo quinto da Lei n.º 8.436, de 25 de junho de 1992, que institucionaliza o Programa de Crédito Educativo para estudantes carentes.
- PL nº 3203/97 Estabelece Programa de Desenvolvimento da Região da Fronteira Sul e dá outras providências.
- PL nº 3414/97 Altera alínea "b" do inciso XIV do artigo quarto da Lei n.º 4.595, de 31 de dezembro de 1964, que dispõe sobre a política e as instituições monetárias, bancárias e creditícias, cria o Conselho Monetário Nacional e dá outras providências.
- PL nº 3439/97 Dispõe sobre a jornada e as condições de trabalho dos Nutricionistas.
- PL nº 3660/97 Dispõe sobre a regulamentação das profissões de Enólogo e Enotécnico.
- PL nº 4859/98 Modifica o Anexo III da Lei n.º 9.472, de 16 de julho de 1997, que estabelece os valores da Taxa de Fiscalização da Instalação por Estação, alterado pela Lei n.º 9.691, de 12 de julho de 1998.
- PL nº 4871/98 Prorroga a vigência do art. 1º da Lei nº 9.493, de 10 de setembro de 1997, que concede isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI na aquisição de equipamentos, máquinas, aparelhos e instrumentos relacionados no seu anexo.
- PL nº 4908/99 Altera a Lei n.º 1.283, de 1950, alterada pela Lei n.º 7.889, de 1989, que dispõe sobre inspeção industrial e sanitária dos produtos de origem animal, e dá outras providências.

Sala das Sessões, em 02 de MAR de 1999.


NELSON MARCHEZAN
Deputado Federal



CÂMARA DOS DEPUTADOS

COMISSÃO DE ECONOMIA, INDÚSTRIA E COMÉRCIO

TERMO DE RECEBIMENTO DE EMENDAS

PROJETO DE LEI Nº 1.528/96

Nos termos do art. 119, **caput**, I, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, o Sr. Presidente determinou a abertura - e divulgação na Ordem do Dia das Comissões - de prazo para apresentação de emendas, a partir de 24/06/96, por cinco sessões. Esgotado o prazo, não foram recebidas emendas ao projeto.

Sala da Comissão, em 02 de julho de 1996

Anamélia R.C. de Araújo
ANAMÉLIA RIBEIRO CORREIA DE ARAÚJO
Secretária



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Arquive-se nos termos do Art.
105 - RICD.

Em 02 / 08 / 99

Presidente

dente

REQUERIMENTO

(Do Sr. Deputado Severino Cavalcanti)

Requer urgência para apreciação do Projeto de Lei nº 1528, de 1996.

Senhor Presidente:

Representando um terço dos membros da Casa, requeremos a V.Exa., com base no Art.155, do Regimento Interno, urgência para apreciação do **Projeto de Lei nº 1528, de 1996**, da Câmara dos Deputados, que cria incentivos para as empresas situadas nos Estados menos desenvolvidos da Federação.

Sala das Sessões, em 8 de maio de 1996

Deputado **SEVERINO CAVALCANTI**
PPB/PE



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Requerimento de Urgência ao Projeto de Lei que cria incentivos para as empresas situadas nos Estados menos desenvolvidos da Federação.

NOME/PARTIDO

ASSINATURA

Romualdo Feijó

Osório Roemer

Rivaldo Macan

EDINHO BEZ

Vitorino Costa

Adelson Salvador

4/54

777
(VAP)

174644 Neto 49

Helio Romar 778

WAZIO NEGRONORTE

345

Antônio do Valle

Paulo Henrique Pires

HUGO SIMÕES LAGRANHA

367

Vilson Banco

472

Guilherme Miranda

252

Edson EZEQUIEL

708



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Requerimento de Urgência ao Projeto de Lei que cria incentivos para as empresas situadas nos Estados menos desenvolvidos da Federação.

NOME/PARTIDO

ASSINATURA

GORDÃO MATEU

CORACIA LOBATO

MAURICIO NATAL

Agostinho de Carvalho

Salomão Cruz

CYNTHIA LIMA

ROSE CHAVEZ

CASSIO CUNHA LIMA

JOSE ALDEMIR

Amador de Mello

CARLOS ROQUE MARIANO

ALVARO RIBEIRO

VERICILIO FORTES

[Assinatura]

[Assinatura]

[Assinatura]

446 - PFL

GRB 578 - PSDB

[Assinatura] 245

[Assinatura] 436

[Assinatura] 705

[Assinatura] 236

[Assinatura] 805

[Assinatura] 348

DANIEL SOARES 731

[Assinatura] 909X

[Assinatura] 414



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Requerimento de Urgência ao Projeto de Lei que cria incentivos para as empresas situadas nos Estados menos desenvolvidos da Federação.

NOME/PARTIDO

ASSINATURA

Sereirino Ceará

702

702

PROVISO

702

NIC

702

702

HUMBERTO COSTA

702

LUIZ DURÃO

962 PDT

LUIZ BUAZ

327

MURILO PINHEIRO

958

Henrique Guedes

47E

NICARAO BARROS

948

ALEXANDRE CERANTO

Mem

Getúlio ROCHA 558

737

Roberto Farias 915 PFL PE

737

LAPROVITA VIANA

737

WAGNER ALUSTIANO

737



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Requerimento de Urgência ao Projeto de Lei que cria incentivos para as empresas situadas nos Estados menos desenvolvidos da Federação.

NOME/PARTIDO

ASSINATURA

CLAUDIO CHAVES

Jose Augusto

366

320

F. Ferraço / PT

427

William Basso / PPB

403

Probleto

525

Hermes Marcionello

234

Antonio do Valle

Paulo Pimenta

Vilson Brandão

472

Hugo Laguarda

367

Edoardo

561

José Roberto

255

ARBAS LIMA

255



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Requerimento de Urgência ao Projeto de Lei que cria incentivos para as empresas situadas nos Estados menos desenvolvidos da Federação.

NOME/PARTIDO

ASSINATURA

IVO MAINARDI

(Sob. 201)

[Signature]

[Mark]

[Signature]

[Signature]

1-201

[Signature]

Herculano
Eduardo Alves

539

546 X

[Signature]

Acácio
Nunes

648

927

Leandro
Tomaz

[Signature]

Domingos
Leionelli

637

NIC

[Signature]

MARIA
VALADÃO

520

[Signature]

Herculano
Anghinetti

241

[Signature]

Oswaldo
Bialochi

925

[Signature]

Valdomiro
Meyer

842

[Signature]

Celso
Russoomar

756

[Signature]

Roberto
Balesina

962

[Signature]

[Signature] 302

[Signature] 362



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Requerimento de Urgência ao Projeto de Lei que cria incentivos para as empresas situadas nos Estados menos desenvolvidos da Federação.

NOME/PARTIDO

ASSINATURA

AROLDI / PFL-917

DE VILASCO, PSD-354

José Libe

Delegado

pedro vinícius

José FASSATTO

Adão Guedes

Alcides, PT

HUGU STO NARDES

Euler Rêgo

ARNALDO FAIRER

DILSO SPERAFICO

Marise Sena

Oscar Golcher

Jeti Bezerra - P.M.D.B.-MT.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Requerimento de Urgência ao Projeto de Lei que cria incentivos para as empresas situadas nos Estados menos desenvolvidos da Federação.

NOME/PARTIDO

ASSINATURA

REGI DE Oliveira PR

SALVADOR ZIMBALDI PSDB

Hugo Boverl

Jani Aguiar PPR

- 370

PPR

MARCO CAMALLOTTI - 204

NAIR LOBO

Paulo Roberto - 941

Paulo Roberto Buzino

- 260

JOSÉ REZENDE

- 250

(OSIATO COELHO)

- 444

BENEDITO LIRA

Rui Gomes de Sá - 21

JOÃO ICHELO

- 607

Socorro Gomes

Socorro Gomes - 480

Antônio Brasil

- 240

MUSSA DEMES

- 712

Carlos Alberto

907 - 213



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Requerimento de Urgência ao Projeto de Lei que cria incentivos para as empresas situadas nos Estados menos desenvolvidos da Federação.

NOME/PARTIDO

ASSINATURA

Américo de Oliveira

Fernando Gomes 827

GOMIIVROS DUTRA

José Rocca

Maurício (PMDB)

577

ALBERTO SILVA 537

UBIRATAN AQUINO PMDB

Justino Soares

UBIRATAN AQUINO

Luiz Carlos Cristino

ARNOBIO BEZERRA

ANTÔNIO BALHAMINI

EFRAIM MORAIS

Edson Silva



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Requerimento de Urgência ao Projeto de Lei que cria incentivos para as empresas situadas nos Estados menos desenvolvidos da Federação.

NOME/PARTIDO

ASSINATURA

Marcelo Teixeira 210

V. O. A. M. 512

AUGUSTO VIVEIROS

José Machado 276

JAIR BOLSONARO PPB

MILTON TEIXEIRA (aparentemente)

AP. ANA JULIA CAREPA PT.

MARCONI PEREIRA

Jorge Wilson PPB/12

Aquino Azeiteiro

Luiz Bassa 913

Vilmar Rocha

Gen. Nogueira 12

Cláudio / PFL

[Signature]

[Signature]

[Signature]

Milton Teixeira

Joaquim Carlos Carneiro 933

[Signature]

Aquino Azeiteiro 572

[Signature]

Saulo Gueiros

Cirio Nogueira

CLAUDIO CASTELO

[Signature]

NIC

482

239

[Signature]

933

227

942

572

913

644x

754

[Signature]

[Signature]



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Requerimento de Urgência ao Projeto de Lei que cria incentivos para as empresas situadas nos Estados menos desenvolvidos da Federação.

NOME/PARTIDO

ASSINATURA

ATILIA LINS PFL

Atilia Lins

HUGO R. DA CUNHA - PFL

Hugo R. da Cunha

Rafael de Almeida PTB

Rafael de Almeida

Jose Carlos Vieira

Jose Carlos Vieira

Ediandro Mendes

Ediandro Mendes

Osmir Lima - PFL

Osmir Lima

Carlos Antonio

Carlos Antonio

Zila Begura

Zila Begura

MARILU GOMES

Marilu Gomes

ROMEL ANIDIO

Romel Anidio

Eliseu Pasende

Eliseu Pasende

DAINE MARTINS

Daine Martins

ROSE BELLEMI

Rose Bellemi

Ibrahim Abi - Aguiar

Ibrahim Abi - Aguiar

Mani - Elvina

350



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Requerimento de Urgência ao Projeto de Lei que cria incentivos para as empresas situadas nos Estados menos desenvolvidos da Federação.

NOME/PARTIDO

ASSINATURA

Sandro Filho

Imunidade

Danielito Domingos

Glennys Viana PT-MT

Paulo Roberto

Sebastião Maciel

Nilmarino Miranda

Paulo Roberto

Paulo Roberto

Paulo Roberto

FELI ROSA/PSDB

CHIRVILHANE

Jair Siqueira PPB

ELTON ROTH/NEC 739

Luiz B. B. B. B.

[Signature]

[Signature]

[Signature]

[Signature]

[Signature]

[Signature]

NILMARINO MIRANDA

Paulo Roberto

DARCIO PEREIRA

Idelmar Kunkler

[Signature]

[Signature]

[Signature]

[Signature]

[Signature]



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Requerimento de Urgência ao Projeto de Lei que cria incentivos para as empresas situadas nos Estados menos desenvolvidos da Federação.

NOME/PARTIDO

ASSINATURA

Fernando Lira

901,1

Lydia Guimaraes

223,1

Maíra Sena

237,1

ANTÔNIO SÉRGIO B. CARNEIRO

214,1

Hélio Brando

620,1

Elcione Barbalho

658,1

Edinho Araújo

323,1

IBERÊ FERREIRA

609,1

Ar. L. F. Silva

SUPLENTE, 11

Jaime

USUÁRIO CARNEIRO 576,1

RM

Zuleide Costa 548,1

ANTÔNIO BALHARINHO PSDB

439,1

Leônidas Cristino

535,1

WAGNER SALUSTIANO

548,1

ALDO REBELO

924,1



CÂMARA DOS DEPUTADOS

**Requerimento de Urgência ao Projeto de Lei que cria incentivos
para as empresas situadas nos Estados menos desenvolvidos da Federação.**

NOME/PARTIDO

ASSINATURA

PSDB-G

UBIRATAN AGUIAR

VITORIO MENDONÇA

LEONEL RAYHAN

OSWALDO BOLDIN

RICARDO TEIXEIRA

ANTONIO 430

OSWALDO BOLDIN

OSWALDO BOLDIN 466

OSWALDO BOLDIN 462

AUGUSTO CHAVES 515

WILSON CARVALHO 421

307

AUGUSTO FARIA 217

MORENO FRANK 266

MARIA ELVIRA 350



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Requerimento de Urgência ao Projeto de Lei que cria incentivos para as empresas situadas nos Estados menos desenvolvidos da Federação.

NOME/PARTIDO

ASSINATURA

NÍCIAS RIBEIRO/PSDB

JOÃO KENNER / PTB 124

Ricardo Gomyde 613

MAX ROSENTHAL

Fernando R. Corli

Ofício Roque

ROMEL FARIAS

FRANCO MORAIS

ATILIA LINS

CIRO NODDERS

PEDRO CORREA/PPB

Sergio Guerra

JOÃO PIZZOLATI

Carlos Paiva

FRANCISCO HORTA

[Signature]

[Signature]

[Signature]

[Signature]

[Signature]

[Signature]

[Signature]

[Signature]

[Signature]

[Signature]

[Signature]

[Signature]

[Signature]

[Signature]

[Signature]

641

431

317

426

306

342

540



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Requerimento de Urgência ao Projeto de Lei que cria incentivos para as empresas situadas nos Estados menos desenvolvidos da Federação.

NOME/PARTIDO

ASSINATURA

Enivaldo Ribeiro

ENIVALDO Ribeiro 890

[Assinatura]

Prospio Andrade 416

[Assinatura]

Valdemir Guedes 848

[Assinatura]

Epaldo Vinícius - PPB

[Assinatura]

Silvan Gm Speraziu

Ronalds Pereira / PROB / 160

914

Vilmar Rocha

[Assinatura] 644

Bebo Moura

Amorós Gomes

[Assinatura] 312

JOSÉAN FREJAT

[Assinatura] 321

ODEMO LIMA

[Assinatura]

Prisco Viana

[Assinatura]

PAULO GOUVER

[Assinatura] 325

FERNANDO LOPES PDI

[Assinatura] 743

Leopoldo M. PCLB

[Assinatura] 166



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Requerimento de Urgência ao Projeto de Lei que cria incentivos para as empresas situadas nos Estados menos desenvolvidos da Federação.

NOME/PARTIDO

ASSINATURA

Fernando Gadea

574

HERNÁNDEZ Torres

786

Roberto Tuma

NIL

Moncín Antón 416

Carlos Masera 248

NIL

OSMANIO KERRA

602

Miguel LOPES 841

PFL

716

FRANCISCO SILVA

ELIAS MURAD, 347

Ariela LINS

José de Abreu 331

Antônio Geraldo

VALDIRMIR COSTA PL



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Requerimento de Urgência ao Projeto de Lei que cria incentivos para as empresas situadas nos Estados menos desenvolvidos da Federação.

NOME/PARTIDO

ASSINATURA

CHICÃO MACHADO

Roberto Magalhães

Paulo Lourenço

Paulo Lourenço

Paulo Lourenço

USHITARO KAMIA

WOLNEYO

JOÃO MENDES

Luciano Pinto

RODRIGO ALVES

Expedito JR.

José Linhares

Emerson Alves Reis

Orlando Trindade

Tatiane

801- PND-4c

825

820

820

441 JIR SOARES PFL

344 PPTB

PDT

PBB

825

828

840

860

318

724

203

**NOME/PARTIDO**

ASSINATURA

— R Jett 432

Carla J. Blanton

unuly - 0506

Answer

Jose Jorge H08

CECI CUNHA 727

WELSON GERMAN'S 521

720 ^{NIC}

419

to western 909

Flavio Dazzi

P. BOGATHOUSE 418

Edicular 821

Top Like 339

835



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Requerimento de Urgência ao Projeto de Lei que cria incentivos para as empresas situadas nos Estados menos desenvolvidos da Federação.

NOME/PARTIDO

ASSINATURA

ELIAS ABRÃO

Elisabete 821

Elisabete

467

Paulo Roberto

483

Paulo Roberto

484

Luciano Lima

925

Arnaldo Gomes

2248312

acessorio

269

CHUOVIGILANTE

627

José Roberto

280

Airton DIPP

556

ALVARO SAUDENLIS

833

Roberto Baiano

315-PMDB

GIOVANNI QUEIROZ

5534/PDT

LIVIA MOREIRA

729



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Requerimento de Urgência ao Projeto de Lei que cria incentivos para as empresas situadas nos Estados menos desenvolvidos da Federação.

NOME/PARTIDO

ASSINATURA

Américo 314

Pedrofonça 415

Adelmo Odebrecht

Gerson Peres

José Inácio

R. L. A. A. A.

Vitorino Gomes

Américo 335

Américo 844

Américo 458

Américo

Américo

Américo

Américo

José Ambrósio 860

Américo 204

Américo 404

Américo 545

Américo 330

Américo

Américo

Américo

Américo

Américo

Américo

Américo

Américo

Américo

Américo 201

Américo



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Requerimento de Urgência ao Projeto de Lei que cria incentivos para as empresas situadas nos Estados menos desenvolvidos da Federação.

NOME/PARTIDO

ASSINATURA

Paulo Henrique 713

Paulo Henrique 207

Paulo Henrique

Paulo Henrique 113

Paulo Henrique

Paulo Henrique 832

Paulo Henrique

Paulo Henrique 320

Paulo Henrique

Luiz Pimenta 224

Paulo Henrique

Guilherme Bernardino 711

Fernando Soares

Fernando Soares 256

Manoel Castro

Manoel Castro 760

Jose Eustaquio

Jose Eustaquio 572

Leonel Lavan

Leonel Lavan 711

Edson Lavan

Edson Lavan 572

Edson Lavan

Edson Lavan 643

Antonio dos Santos

Antonio dos Santos 406

Mendonça Filho

Mendonça Filho 717

Vic Pires Frazão (PFL)

Vic Pires Frazão 179



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Requerimento de Urgência ao Projeto de Lei que cria incentivos para as empresas situadas nos Estados menos desenvolvidos da Federação.

NOME/PARTIDO

ASSINATURA

MILTON MENEZES

ASSINATURA

João Jesus

SIMÃO SESSION

Edinho Campos

EDINHA CAMPOS

Paulo Sérgio

Sereia Celso 830

Paulo

Vicente Cassione 524

Roberto Santos

ROBERTO SANTOS

Luiz C. Huby

Luiz C. Huby

Silvio Torres - PPS

Silvio Torres

Augusto Carvalho - PPS

Augusto Carvalho

Marcelo Mendes

Marcelo Mendes

Edinho Campos

Edinho Campos

Flávio Dória

Flávio Dória (934)

Augusto NARDÊS

Augusto Nardês (530)

Paulo Rosta

Paulo Rosta 234



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Requerimento de Urgência ao Projeto de Lei que cria incentivos para as empresas situadas nos Estados menos desenvolvidos da Federação.

NOME/PARTIDO

ASSINATURA

Sérgio Menez

Sérgio Menez 462

Rosete Lima

Rosete Brum 400

[assinatura]

Gregor V. Lima

[assinatura]

Paulo Godeiro 428

[assinatura]

Carlos Mello 443

[assinatura]

[assinatura]

Simone Soares PSD-B

Simone Soares 23

[assinatura]

Poland Javigne 550

Jose Thome

[assinatura]

Jaime Fernandes F.

Jaime Fernandes

João Mendes

[assinatura]

[assinatura]

Adolfo Carlos Palom 400

[assinatura]

Rodrigues Palom

[assinatura]

Marcelo Dória

[assinatura]

Magno Baccalae-Ma. 400

PROPOSIÇÃO: REC

(ASS006496)

AUTOR: SEVERINO CAVALCANTI

| DEPUTADO | UF | PARTIDO |
|-----------------------------|----|-------------|
| 1 - ADAO PRETTO | RS | PT |
| 2 - ADAUTO PEREIRA | PB | Bloco(PFL) |
| 3 - ADELSON SALVADOR | ES | Bloco(PMDB) |
| 4 - ADHEMAR DE BARROS FILHO | SP | Bloco(PPB) |
| 5 - ADYLSO MOTA | RS | Bloco(PPB) |
| 6 - AECIO NEVES | MG | PSDB |
| 7 - AGNALDO TIMOTEO | RJ | Bloco(PPB) |
| 8 - AGNELO QUEIROZ | DF | PC DO B |
| 9 - AIRTON DIPP | RS | PDT |
| 10 - ALDO ARANTES | GO | PC DO B |
| 11 - ALOYSIO NUNES FERREIRA | SP | Bloco(PMDB) |
| 12 - ALVARO GAUDENCIO NETO | PB | Bloco(PFL) |
| 13 - ALZIRA EWERTON | AM | Bloco(PPB) |
| 14 - ANA JULIA | PA | PT |
| 15 - ANIBAL GOMES | CE | Bloco(PMDB) |
| 16 - ANIVALDO VALE | PA | Bloco(PPB) |
| 17 - ANTONIO BALHMANN | CE | PSDB |
| 18 - ANTONIO BRASIL | PA | Bloco(PMDB) |
| 19 - ANTONIO DO VALLE | MG | Bloco(PMDB) |
| 20 - ANTONIO DOS SANTOS | CE | Bloco(PFL) |
| 21 - ANTONIO GERALDO | PE | Bloco(PFL) |
| 22 - ARACELY DE PAULA | MG | Bloco(PFL) |
| 23 - ARI MAGALHAES | PI | Bloco(PPB) |
| 24 - ARMANDO ABILIO | PB | Bloco(PMDB) |
| 25 - ARNALDO FARIA DE SA | SP | Bloco(PPB) |
| 26 - ARNON BEZERRA | CE | PSDB |
| 27 - AROLDE DE OLIVEIRA | RJ | Bloco(PFL) |
| 28 - AROLDO CEDRAZ | BA | Bloco(PFL) |
| 29 - ARTHUR VIRGILIO | AM | PSDB |
| 30 - ATILA LINS | AM | Bloco(PFL) |
| 31 - AUGUSTO CARVALHO | DF | PPS |
| 32 - AUGUSTO FARIAS | AL | Bloco(PPB) |
| 33 - AUGUSTO NARDES | RS | Bloco(PPB) |
| 34 - AUGUSTO VIVEIROS | RN | Bloco(PFL) |
| 35 - AYRES DA CUNHA | SP | Bloco(PFL) |
| 36 - B. SA | PI | PSDB |
| 37 - BENEDITO DE LIRA | AL | Bloco(PFL) |
| 38 - BENEDITO DOMINGOS | DF | Bloco(PPB) |
| 39 - BETINHO ROSADO | RN | Bloco(PFL) |
| 40 - BETO MANSUR | SP | Bloco(PPB) |
| 41 - BONIFACIO DE ANDRADA | MG | Bloco(PPB) |
| 42 - CARLOS AIRTON | AC | Bloco(PPB) |
| 43 - CARLOS ALBERTO | RN | Bloco(PFL) |
| 44 - CARLOS APOLINARIO | SP | Bloco(PMDB) |
| 45 - CARLOS CAMURCA | RO | Bloco(PPB) |

| DEPUTADO | UF | PARTIDO |
|---------------------------|----|-------------|
| 46 - CARLOS MAGNO | SE | Bloco(PFL) |
| 47 - CARLOS MELLES | MG | Bloco(PFL) |
| 48 - CASSIO CUNHA LIMA | PB | Bloco(PMDB) |
| 49 - CECI CUNHA | AL | PSDB |
| 50 - CELIA MENDES | AC | Bloco(PFL) |
| 51 - CELSO RUSSOMANNO | SP | PSDB |
| 52 - CHICAO BRIGIDO | AC | Bloco(PMDB) |
| 53 - CHICO VIGILANTE | DF | PT |
| 54 - CIDINHA CAMPOS | RJ | PDT |
| 55 - CIRO NOGUEIRA | PI | Bloco(PFL) |
| 56 - CLAUDIO CAJADO | BA | Bloco(PFL) |
| 57 - CLAUDIO CHAVES | AM | Bloco(PFL) |
| 58 - CORAUCI SOBRINHO | SP | Bloco(PFL) |
| 59 - CORIOLANO SALES | BA | PDT |
| 60 - COSTA FERREIRA | MA | Bloco(PFL) |
| 61 - CUNHA BUENO | SP | Bloco(PPB) |
| 62 - CUNHA LIMA | SP | Bloco(PPB) |
| 63 - DARCISIO PERONDI | RS | Bloco(PMDB) |
| 64 - DAVI ALVES SILVA | MA | Bloco(PPB) |
| 65 - DE VELASCO | SP | Bloco(PSD) |
| 66 - DILSO SPERAFICO | MS | Bloco(PMDB) |
| 67 - DOLORES NUNES | TO | Bloco(PPB) |
| 68 - DOMINGOS DUTRA | MA | PT |
| 69 - EDINHO ARAUJO | SP | Bloco(PMDB) |
| 70 - EDINHO BEZ | SC | Bloco(PMDB) |
| 71 - EDSON EZEQUIEL | RJ | PDT |
| 72 - EDSON SILVA | CE | PSDB |
| 73 - EDSON SOARES | MG | PSDB |
| 74 - EFRAIM MORAIS | PB | Bloco(PFL) |
| 75 - ELCIONE BARBALHO | PA | Bloco(PMDB) |
| 76 - ELIAS ABRAHAO | PR | Bloco(PMDB) |
| 77 - ELIAS MURAD | MG | PSDB |
| 78 - ELISEU RESENDE | MG | Bloco(PFL) |
| 79 - ELTON ROHNELT | RR | Bloco(PSC) |
| 80 - EMERSON OLAVO PIRES | RO | Bloco(PMDB) |
| 81 - ENIVALDO RIBEIRO | PB | Bloco(PPB) |
| 82 - ERALDO TRINDADE | AP | Bloco(PPB) |
| 83 - EULER RIBEIRO | AM | Bloco(PMDB) |
| 84 - EURICO MIRANDA | RJ | Bloco(PPB) |
| 85 - EURIPEDES MIRANDA | RO | PDT |
| 86 - EXPEDITO JUNIOR | RO | Bloco(PPB) |
| 87 - EZIDIO PINHEIRO | RS | PSDB |
| 88 - FATIMA PELAES | AP | PSDB |
| 89 - FERNANDO DINIZ | MG | Bloco(PMDB) |
| 90 - FERNANDO FERRO | PE | PT |
| 91 - FERNANDO GABEIRA | RJ | PV |
| 92 - FERNANDO GOMES | BA | Bloco(PTB) |
| 93 - FERNANDO GONCALVES | RJ | Bloco(PTB) |
| 94 - FERNANDO LYRA | PE | PSB |
| 95 - FERNANDO RIBAS CARLI | PR | PDT |
| 96 - FERNANDO ZUPPO | SP | PDT |

| DEPUTADO | UF | PARTIDO |
|-------------------------------|----|-------------|
| 97 - FEU ROSA | ES | PSDB |
| 98 - FLAVIO DERZI | MS | Bloco(PPB) |
| 99 - FRANCISCO HORTA | MG | Bloco(PL) |
| 100 - FRANCISCO SILVA | RJ | Bloco(PPB) |
| 101 - GEDDEL VIEIRA LIMA | BA | Bloco(PMDB) |
| 102 - GENESIO BERNARDINO | MG | Bloco(PMDB) |
| 103 - GERSON PERES | PA | Bloco(PPB) |
| 104 - GERVASIO OLIVEIRA | AP | PSB |
| 105 - GILNEY VIANA | MT | PT |
| 106 - GIOVANNI QUEIROZ | PA | PDT |
| 107 - GONZAGA PATRIOTA | PE | PSB |
| 108 - HELIO BICUDO | SP | PT |
| 109 - HELIO ROSAS | SP | Bloco(PMDB) |
| 110 - HENRIQUE EDUARDO ALVES | RN | Bloco(PMDB) |
| 111 - HERACLITO FORTES | PI | Bloco(PFL) |
| 112 - HERCULANO ANGHINETTI | MG | Bloco(PPB) |
| 113 - HERMES PARCIANELLO | PR | Bloco(PMDB) |
| 114 - HOMERO OGUIDO | PR | Bloco(PMDB) |
| 115 - HUGO BIEHL | SC | Bloco(PPB) |
| 116 - HUGO LAGRANHA | RS | Bloco(PTB) |
| 117 - HUGO RODRIGUES DA CUNHA | MG | Bloco(PFL) |
| 118 - HUMBERTO COSTA | PE | PT |
| 119 - IBERE FERREIRA | RN | Bloco(PFL) |
| 120 - IBRAHIM ABI-ACKEL | MG | Bloco(PPB) |
| 121 - INACIO ARRUDA | CE | PC DO B |
| 122 - IVO MAINARDI | RS | Bloco(PMDB) |
| 123 - JAIME FERNANDES | BA | Bloco(PFL) |
| 124 - JAIME MARTINS | MG | Bloco(PFL) |
| 125 - JAIR BOLSONARO | RJ | Bloco(PPB) |
| 126 - JAIR SIQUEIRA | MG | Bloco(PPB) |
| 127 - JAIR SOARES | RS | Bloco(PFL) |
| 128 - JARBAS LIMA | RS | Bloco(PPB) |
| 129 - JOAO COLACO | PE | PSB |
| 130 - JOAO FASSARELLA | MG | PT |
| 131 - JOAO IENSEN | PR | Bloco(PTB) |
| 132 - JOAO LEAO | BA | PSDB |
| 133 - JOAO MELLAO NETO | SP | Bloco(PFL) |
| 134 - JOAO MENDES | RJ | Bloco(PPB) |
| 135 - JOAO NATAL | GO | Bloco(PMDB) |
| 136 - JOAO PIZZOLATTI | SC | Bloco(PPB) |
| 137 - JOAO RIBEIRO | TO | Bloco(PPB) |
| 138 - JOFRAN FREJAT | DF | Bloco(PPB) |
| 139 - JORGE WILSON | RJ | Bloco(PPB) |
| 140 - JOSE ALDEMIR | PB | Bloco(PMDB) |
| 141 - JOSE AUGUSTO | SP | PT |
| 142 - JOSE CARLOS VIEIRA | SC | Bloco(PFL) |
| 143 - JOSE CHAVES | PE | PSDB |
| 144 - JOSE DE ABREU | SP | PSDB |
| 145 - JOSE FORTUNATI | RS | PT |
| 146 - JOSE GENOINO | SP | PT |
| 147 - JOSE JANENE | PR | Bloco(PPB) |

| DEPUTADO | UF | PARTIDO |
|-----------------------------|----|-------------|
| 148 - JOSE JORGE | PE | Bloco(PFL) |
| 149 - JOSE LINHARES | CE | Bloco(PPB) |
| 150 - JOSE MACHADO | SP | PT |
| 151 - JOSE MENDONCA BEZERRA | PE | Bloco(PFL) |
| 152 - JOSE MUCIO MONTEIRO | PE | Bloco(PFL) |
| 153 - JOSE REZENDE | MG | Bloco(PPB) |
| 154 - JOSE ROCHA | BA | Bloco(PFL) |
| 155 - JOSE TUDE | BA | Bloco(PTB) |
| 156 - LAPROVITA VIEIRA | RJ | Bloco(PPB) |
| 157 - LAURA CARNEIRO | RJ | Bloco(PFL) |
| 158 - LEONEL PAVAN | SC | PDT |
| 159 - LEONIDAS CRISTINO | CE | PSDB |
| 160 - LEUR LOMANTO | BA | Bloco(PFL) |
| 161 - LIDIA QUINAN | GO | Bloco(PMDB) |
| 162 - LIMA NETTO | RJ | Bloco(PFL) |
| 163 - LUCIANO CASTRO | RR | PSDB |
| 164 - LUCIANO ZICA | SP | PT |
| 165 - LUIZ BRAGA | BA | Bloco(PFL) |
| 166 - LUIZ BUAIZ | ES | Bloco(PL) |
| 167 - LUIZ CARLOS HAULY | PR | PSDB |
| 168 - LUIZ DURAO | ES | PDT |
| 169 - LUIZ MOREIRA | BA | Bloco(PFL) |
| 170 - LUIZ PIAUHYLINO | PE | PSDB |
| 171 - MAGNO BACELAR | MA | Bloco(PFL) |
| 172 - MALULY NETTO | SP | Bloco(PFL) |
| 173 - MANOEL CASTRO | BA | Bloco(PFL) |
| 174 - MARCELO DEDA | SE | PT |
| 175 - MARCELO TEIXEIRA | CE | Bloco(PMDB) |
| 176 - MARCONI PERILLO | GO | PSDB |
| 177 - MARCOS MEDRADO | BA | Bloco(PPB) |
| 178 - MARIA VALADAO | GO | Bloco(PFL) |
| 179 - MARILU GUIMARAES | MS | Bloco(PFL) |
| 180 - MARIO CAVALLAZZI | SC | Bloco(PPB) |
| 181 - MARIO NEGROMONTE | BA | PSDB |
| 182 - MARISA SERRANO | MS | Bloco(PMDB) |
| 183 - MARQUINHO CHEDID | SP | Bloco(PSD) |
| 184 - MARTA SUPPLY | SP | PT |
| 185 - MAURICIO CAMPOS | MG | Bloco(PL) |
| 186 - MAURICIO NAJAR | SP | Bloco(PFL) |
| 187 - MAURO LOPES | MG | Bloco(PFL) |
| 188 - MAX ROSENMAN | PR | Bloco(PMDB) |
| 189 - MELQUIADES NETO | TO | Bloco(PMN) |
| 190 - MENDONCA FILHO | PE | Bloco(PFL) |
| 191 - MILTON MENDES | SC | PT |
| 192 - MILTON TEMER | RJ | PT |
| 193 - MOACYR ANDRADE | AL | Bloco(PPB) |
| 194 - MOREIRA FRANCO | RJ | Bloco(PMDB) |
| 195 - MURILO PINHEIRO | AP | Bloco(PFL) |
| 196 - MUSSA DEMES | PI | Bloco(PFL) |
| 197 - NAIR XAVIER LOBO | GO | Bloco(PMDB) |
| 198 - NICIAS RIBEIRO | PA | PSDB |

| DEPUTADO | UF | PARTIDO |
|-------------------------|----|-------------|
| 199 - NILMARIO MIRANDA | MG | PT |
| 200 - NILSON GIBSON | PE | PSB |
| 201 - ODELMO LEAO | MG | Bloco(PPB) |
| 202 - OLAVIO ROCHA | PA | PSDB |
| 203 - ORCINO GONCALVES | GO | Bloco(PMDB) |
| 204 - OSCAR GOLDONI | MS | Bloco(PMDB) |
| 205 - OSMANIO PEREIRA | MG | PSDB |
| 206 - OSMIR LIMA | AC | Bloco(PFL) |
| 207 - OSORIO ADRIANO | DF | Bloco(PFL) |
| 208 - OSVALDO BIOLCHI | RS | Bloco(PTB) |
| 209 - OSVALDO COELHO | PE | Bloco(PFL) |
| 210 - PADRE ROQUE | PR | PT |
| 211 - PAES LANDIM | PI | Bloco(PFL) |
| 212 - PAUDERNEY AVELINO | AM | Bloco(PPB) |
| 213 - PAULO BORNHAUSEN | SC | Bloco(PFL) |
| 214 - PAULO CORDEIRO | PR | Bloco(PTB) |
| 215 - PAULO GOUVEA | SC | Bloco(PFL) |
| 216 - PAULO HESLANDER | MG | Bloco(PTB) |
| 217 - PAULO MOURAO | TO | PSDB |
| 218 - PAULO PAIM | RS | PT |
| 219 - PAULO RITZEL | RS | Bloco(PMDB) |
| 220 - PAULO ROCHA | PA | PT |
| 221 - PEDRINHO ABRAO | GO | Bloco(PTB) |
| 222 - PEDRO CORREA | PE | Bloco(PPB) |
| 223 - PIMENTEL GOMES | CE | PSDB |
| 224 - PRISCO VIANA | BA | Bloco(PPB) |
| 225 - RAUL BELEM | MG | Bloco(PFL) |
| 226 - REGIS DE OLIVEIRA | SP | Bloco(PFL) |
| 227 - RICARDO BARROS | PR | Bloco(PFL) |
| 228 - RICARDO GOMYDE | PR | PC DO B |
| 229 - RICARDO HERACLIO | PE | PSB |
| 230 - RICARDO IZAR | SP | Bloco(PPB) |
| 231 - RIVALDO MACARI | SC | Bloco(PMDB) |
| 232 - ROBERTO BALESTRA | GO | Bloco(PPB) |
| 233 - ROBERTO BRANT | MG | PSDB |
| 234 - ROBERTO FONTES | PE | Bloco(PFL) |
| 235 - ROBERTO MAGALHAES | PE | Bloco(PFL) |
| 236 - ROBERTO PAULINO | PB | Bloco(PMDB) |
| 237 - ROBERTO PESSOA | CE | Bloco(PFL) |
| 238 - ROBERTO SANTOS | BA | PSDB |
| 239 - RODRIGUES PALMA | MT | Bloco(PTB) |
| 240 - ROLAND LAVIGNE | BA | Bloco(PFL) |
| 241 - ROMEL ANIZIO | MG | Bloco(PPB) |
| 242 - ROMMEL FEIJO | CE | PSDB |
| 243 - RONALDO PERIM | MG | Bloco(PMDB) |
| 244 - SALATIEL CARVALHO | PE | Bloco(PPB) |
| 245 - SALOMAO CRUZ | RR | PSDB |
| 246 - SALVADOR ZIMBALDI | SP | PSDB |
| 247 - SANDRO MABEL | GO | Bloco(PMDB) |
| 248 - SARNEY FILHO | MA | Bloco(PFL) |
| 249 - SAULO QUEIROZ | MS | Bloco(PFL) |

| DEPUTADO | UF | PARTIDO |
|---------------------------|----|-------------|
| 250 - SEBASTIAO MADEIRA | MA | PSDB |
| 251 - SERGIO CARNEIRO | BA | PDT |
| 252 - SERGIO GUERRA | PE | PSB |
| 253 - SERGIO MIRANDA | MG | PC DO B |
| 254 - SEVERIANO ALVES | BA | PDT |
| 255 - SEVERINO CAVALCANTI | PE | Bloco(PPB) |
| 256 - SILVIO TORRES | SP | PSDB |
| 257 - SIMAO SESSIM | RJ | PSDB |
| 258 - SOCORRO GOMES | PA | PC DO B |
| 259 - TELMA DE SOUZA | SP | PT |
| 260 - TETE BEZERRA | MT | Bloco(PMDB) |
| 261 - UBIRATAN AGUIAR | CE | PSDB |
| 262 - UDSON BANDEIRA | TO | Bloco(PMDB) |
| 263 - USHITARO KAMIA | SP | Bloco(PPB) |
| 264 - VADAO GOMES | SP | Bloco(PPB) |
| 265 - VALDEMAR COSTA NETO | SP | Bloco(PL) |
| 266 - VALDENOR GUEDES | AP | Bloco(PPB) |
| 267 - VALDIR COLATTO | SC | Bloco(PMDB) |
| 268 - VALDOMIRO MEGER | PR | Bloco(PPB) |
| 269 - VIC PIRES FRANCO | PA | Bloco(PFL) |
| 270 - VICENTE CASCIONE | SP | Bloco(PTB) |
| 271 - VILMAR ROCHA | GO | Bloco(PFL) |
| 272 - VITTORIO MEDIOLI | MG | PSDB |
| 273 - WAGNER SALUSTIANO | SP | Bloco(PPB) |
| 274 - WELSON GASPARINI | SP | PSDB |
| 275 - WILSON BRANCO | RS | Bloco(PMDB) |
| 276 - WOLNEY QUEIROZ | PE | PDT |
| 277 - ZILA BEZERRA | AC | Bloco(PFL) |
| 278 - ZULAIE COBRA | SP | PSDB |

| | | |
|---|-----|---------------|
| ASSINATURAS CONFIRMADAS..... | 278 | REPETIDAS: 47 |
| ASSINATURAS QUE NAO CONFEREM..... | 17 | REPETIDAS: 2 |
| ASSINATURAS DE DEPUTADOS LICENCIADOS..... | 2 | |
| TOTAL DE ASSINATURAS..... | 346 | |

ASSINATURAS CONFIRMADAS REPETIDAS

| | | |
|--------------------------|----|-------------|
| 1 - ANTONIO BALHMANN | CE | PSDB |
| 2 - ANTONIO DO VALLE | MG | Bloco(PMDB) |
| 3 - AROLDO CEDRAZ | BA | Bloco(PFL) |
| 4 - ATILA LINS | AM | Bloco(PFL) |
| 5 - ATILA LINS | AM | Bloco(PFL) |
| 6 - AUGUSTO NARDES | RS | Bloco(PPB) |
| 7 - CHICO VIGILANTE | DF | PT |
| 8 - CIRO NOGUEIRA | PI | Bloco(PFL) |
| 9 - CLAUDIO CHAVES | AM | Bloco(PFL) |
| 10 - CLAUDIO CHAVES | AM | Bloco(PFL) |
| 11 - DARCISIO PERONDI | RS | Bloco(PMDB) |
| 12 - DOMINGOS DUTRA | MA | PT |
| 13 - EFRAIM MORAIS | PB | Bloco(PFL) |
| 14 - ELIAS ABRAHAO | PR | Bloco(PMDB) |
| 15 - ERALDO TRINDADE | AP | Bloco(PPB) |
| 16 - FLAVIO DERZI | MS | Bloco(PPB) |
| 17 - HERACLITO FORTES | PI | Bloco(PFL) |
| 18 - HUGO LAGRANHA | RS | Bloco(PTB) |
| 19 - JAIR SIQUEIRA | MG | Bloco(PPB) |
| 20 - JOAO IENSEN | PR | Bloco(PTB) |
| 21 - JOAO LEO | BA | PSDB |
| 22 - JOAO MENDES | RJ | Bloco(PPB) |
| 23 - JOAO RIBEIRO | TO | Bloco(PPB) |
| 24 - JOSE AUGUSTO | SP | PT |
| 25 - JOSE LINHARES | CE | Bloco(PPB) |
| 26 - JOSE REZENDE | MG | Bloco(PPB) |
| 27 - LEONEL PAVAN | SC | PDT |
| 28 - LEONIDAS CRISTINO | CE | PSDB |
| 29 - MARISA SERRANO | MS | Bloco(PMDB) |
| 30 - MOACYR ANDRADE | AL | Bloco(PPB) |
| 31 - ODELMO LEO | MG | Bloco(PPB) |
| 32 - OLAVIO ROCHA | PA | PSDB |
| 33 - OSMANIO PEREIRA | MG | PSDB |
| 34 - OSVALDO BIOLCHI | RS | Bloco(PTB) |
| 35 - OSVALDO BIOLCHI | RS | Bloco(PTB) |
| 36 - PADRE ROQUE | PR | PT |
| 37 - PAULO MOURAO | TO | PSDB |
| 38 - PAULO RITZEL | RS | Bloco(PMDB) |
| 39 - PEDRO CORREA | PE | Bloco(PPB) |
| 40 - ROMEL ANIZIO | MG | Bloco(PPB) |
| 41 - RONALDO PERIM | MG | Bloco(PMDB) |
| 42 - SERGIO MIRANDA | MG | PC DO B |
| 43 - SEVERINO CAVALCANTI | PE | Bloco(PPB) |
| 44 - UBIRATAN AGUIAR | CE | PSDB |
| 45 - VILMAR ROCHA | GO | Bloco(PFL) |
| 46 - WAGNER SALUSTIANO | SP | Bloco(PPB) |
| 47 - ZULAIE COBRA | SP | PSDB |

ASSINATURAS QUE NAO CONFEREM

| | | |
|-------------------------|----|-------------|
| 1 - ALBERTO SILVA | PI | Bloco(PMDB) |
| 2 - ALDO REBELO | SP | PC DO B |
| 3 - CARLOS MOSCONI | MG | PSDB |
| 4 - DANILO DE CASTRO | MG | PSDB |
| 5 - DILCEU SPERAFICO | PR | Bloco(PPB) |
| 6 - DOMINGOS LEONELLI | BA | PSDB |
| 7 - FRANCISCO DORNELLES | RJ | Bloco(PPB) |
| 8 - FRANCISCO RODRIGUES | RR | Bloco(PPB) |
| 9 - ILDEMAR KUSSLER | RO | PSDB |
| 10 - LUIS BARBOSA | RR | Bloco(PPB) |
| 11 - MARIA ELVIRA | MG | Bloco(PMDB) |
| 12 - MOISES LIPNIK | RR | Bloco(PTB) |
| 13 - NELSON MARCHEZAN | RS | PSDB |
| 14 - PEDRO VALADARES | SE | PSB |
| 15 - ROBSON TUMA | SP | Bloco(PSL) |
| 16 - WILSON BRANCO | RS | Bloco(PMDB) |
| 17 - WILSON CAMPOS | PE | PSDB |

ASSINATURAS QUE NAO CONFEREM REPETIDAS

| | | |
|------------------|----|-------------|
| 1 - ALDO REBELO | SP | PC DO B |
| 2 - MARIA ELVIRA | MG | Bloco(PMDB) |

ASSINATURAS DE DEPUTADOS LICENCIADOS

| | | |
|-----------------------|----|-------------|
| 1 - ALEXANDRE CERANTO | PR | Bloco(PFL) |
| 2 - UBALDO CORREA | PA | Bloco(PMDB) |



CÂMARA DOS DEPUTADOS

COMISSÃO DE ECONOMIA, INDÚSTRIA E COMÉRCIO

TERMO DE RECEBIMENTO DE EMENDAS

PROJETO DE LEI Nº 1.382/95

Nos termos do art. 119, **caput**, I, e do art. 24, §1º, combinado com o art. 166 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, o Senhor Presidente determinou a reabertura - e divulgação na Ordem do Dia das Comissões - de prazo para apresentação de emendas, a partir de 30/04/99, por cinco sessões. Esgotado o prazo, não foram recebidas emendas ao projeto.

Sala da Comissão, em 10 de maio de 1999.


JOSÉ UMBERTO DE ALMEIDA
Secretário



CÂMARA DOS DEPUTADOS

COMISSÃO DE ECONOMIA, INDÚSTRIA E COMÉRCIO

PROJETO DE LEI Nº 1.382, DE 1995 (Apenso o PL n.º 1.528, de 1996)

Estabelece diretrizes para a
desconcentração industrial.

Autor: Deputado Nelson Marchezan

Relator: Deputado Gerson Gabrielli

I - RELATÓRIO

O projeto de lei em epígrafe, de autoria do nobre Deputado Nelson Marchezan, tem por objetivo criar os instrumentos para que o Governo Federal promova a desconcentração espacial da atividade industrial no País, visando o desenvolvimento econômico equilibrado e a redução das desigualdades regionais.

Para tanto cria o Programa de Desconcentração de Investimentos Industriais – PDII, com a finalidade de promover investimentos e a criação de centros e complexos industriais nas regiões de menor densidade industrial.

No cumprimento de sua missão o PDII poderá se utilizar, entre outros, dos seguintes mecanismos:

- I – concessão de benefícios fiscais;
- II – linhas de crédito favorecidas;
- III – apoio à criação de centros industriais;



IV – seletividade na distribuição dos investimentos públicos em infra-estrutura e nos novos empreendimentos de empresas estatais; e

V – alocação de centros de excelência em ciência e tecnologia, financiados com verbas públicas, nas áreas de menor densidade industrial.

A proposição define os incentivos fiscais, que contemplam o Imposto de Importação, o Imposto sobre Produtos Industrializados e a depreciação acelerada dos investimentos em capital fixo e remete para o regulamento a fixação da política oficial de crédito.

Além disso, prevê que o Governo Federal poderá promover a desapropriação de áreas destinadas à implantação de distritos, centros e complexos industriais. É, ainda, incumbência do Poder Executivo realizar ou financiar a execução de estudos de viabilidade para identificar oportunidades e potencialidades de cada região, bem como fornecer ou financiar assistência técnica e consultoria gerencial e mercadológica para a implantação de empreendimentos industriais.

Outras medidas de caráter indicativo quanto à atuação do Governo Federal estão presentes no corpo do texto e apontam, sempre, na direção de um tratamento preferencial para as regiões menos desenvolvidas pela administração direta e pelas empresas públicas e de economia mista.

Encontra-se apenso o projeto de lei n.º 1.528, de 1996, da lavra do ilustre Deputado Severino Cavalcanti, que, sem referir-se à questão da desconcentração industrial, cria incentivos para as empresas situadas nos estados menos desenvolvidos da Federação.

Esse projeto, inicialmente, prevê que seja apartado percentual dos recursos disponíveis nas instituições financeiras federais para empréstimos, com juros mais baixos, nos estados menos desenvolvidos. Além disso, estipula, também, incentivos fiscais relativos ao Imposto de Importação, Imposto sobre Produtos Industrializados, Imposto sobre Operações Financeiras e depreciação acelerada do capital fixo.

Adicionalmente, permite o abatimento do imposto de renda devido, até o limite de 5% (cinco por cento), das despesas em pesquisas tecnológicas; cria o Fundo de Pesquisa Tecnológica com recursos oriundos do



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Imposto sobre Operações Financeiras e define os estados menos desenvolvidos como sendo aqueles cuja renda *per capita* seja menor que 75% da *renda per capita* nacional.

No prazo regimental próprio não foram apresentadas emendas aos projetos.

É o relatório.

II - VOTO DO RELATOR

A questão regional sempre foi uma das grandes preocupações dos homens públicos em nosso País. A criação da SUDENE há cerca de cinquenta anos é prova disso. Desde então, diversas outras instituições foram criadas tendo o desenvolvimento regional com ponto fulcral de suas ações.

Entretanto, muito do esforço dispendido foi infrutífero, algumas vezes em função de erros na concepção e na operacionalização dos mecanismos de apoio, outras como resultado de desvios e vícios a que, infelizmente, estão sujeitos quaisquer órgãos públicos.

O resultado dessa baixa eficiência na superação dos desequilíbrios regionais foi a recente extinção da SUDAM e da SUDENE e sua substituição por um novo modelo de agência de desenvolvimento que, espera-se, não venha a padecer dos problemas de suas antecessoras. Esse é, portanto, um momento em que se busca um novo desenho institucional para a implementação das políticas de desenvolvimento equilibrado.

Assim, são absolutamente oportunas as iniciativas dos nobres Deputados Nelson Marchezan e Severino Cavalcanti, vindo somar-se ao debate que ora se desenvolve sobre a questão.

A constatação de que o Brasil é um País com um parque industrial muito desenvolvido e diversificado, porém, muito concentrado no que diz respeito à sua distribuição locacional, nos dá a indicação de que esse talvez seja o caminho natural para começarmos a enfrentar, de forma eficaz, a questão da má distribuição espacial da renda.



Uma maior equalização da distribuição industrial entre os estados brasileiros, com os casos de especialização que possam daí surgir, trará consigo um padrão mais equânime no que se refere à quantidade e qualidade de postos de trabalho e de nível de rendimentos para os assalariados distribuídos no território nacional.

Nesse sentido, a proposta de criação do Programa de Desconcentração de Investimentos Industriais é pertinente e pode trazer resultados positivos para as regiões mais pobres do País.

Obviamente, a atividade econômica privada tem como objetivo primeiro o lucro e, por isso, irá sempre buscar localizações mais adequadas para essa finalidade. As áreas menos desenvolvidas apresentam custos adicionais para a atividade empresarial como resultado da carência de infra-estrutura, da menor qualificação da mão-de-obra, da distância dos principais mercados, etc.

Por essas razões a atividade industrial se concentra, pois os investidores não se deslocam para essas áreas menos favorecidas, exceto se compensados, de alguma forma, pela incorrência nesses custos adicionais. Assim, um programa de desconcentração deve trazer benefícios que equalizem os custos empresariais em relação às melhores opções locais disponíveis.

Isso é exatamente o que o projeto de lei sob comento pretende. Ao estabelecer como diretriz para toda a atividade governamental a preocupação com a distribuição harmônica do parque industrial nacional e criar incentivos específicos para essa finalidade, ficam geradas as condições para que a desconcentração industrial de fato ocorra.

Parece-nos, S.M.J., que ambas as proposições avançam nesse sentido. A do ilustre Deputado Nelson Marchezan, porém, possui uma estrutura mais adequada e completa na medida em que se refere às diretrizes a serem adotadas não apenas pelo Governo, mas também por suas instituições e empresas.

Por outro lado, no que diz respeito aos incentivos previstos, os dois projetos são equivalentes, não havendo no apensado qualquer instrumento que adicione significativamente em relação aos concedidos no principal.



Pelas razões expostas, nosso voto é pela **aprovação do Projeto de Lei n.º 1.382, de 1995, e pela rejeição do apensado Projeto de Lei n.º 1.528, de 1996.**

Sala da Comissão, em 29 de novembro de 2001.


Deputado Gerson Gabrielli
Relator

11220700.183



CÂMARA DOS DEPUTADOS

COMISSÃO DE ECONOMIA, INDÚSTRIA E COMÉRCIO

PROJETO DE LEI Nº 1.382, DE 1995

III - PARECER DA COMISSÃO

A Comissão de Economia, Indústria e Comércio, em reunião ordinária realizada hoje, aprovou unanimemente o Projeto de Lei nº 1.382/1995, e rejeitou o PL-1528/1996, apensado, nos termos do Parecer do relator, Deputado Gerson Gabrielli.

Participaram da votação os Senhores Deputados Marcos Cintra, Presidente; Gerson Gabrielli, Jaques Wagner e Sérgio Barros, Vice-presidentes; Alex Canziani, Almeida de Jesus, Delfim Netto, Edison Andrino, Emerson Kapaz, Enio Bacci, Givaldo Carimbão, Jairo Carneiro, João Pizzolatti, Jurandil Juarez, Léo Alcântara, Márcio Fortes, Rubem Medina e Zila Bezerra, Titulares; Aloizio Mercadante, Carlito Merss, Chico Sardelli, Elcione Barbalho e Lidia Quinan, Suplentes.

Plenário Professor Roberto Campos, em 5 de dezembro de 2001.



Deputado RUBEM MEDINA
no exercício da Presidência

CÂMARA DOS DEPUTADOS

PROJETO DE LEI Nº 1.382-A, DE 1995 (DO SR.NELSON MARCHEZAN)

Estabelece diretrizes para a desconcentração industrial.

(ÀS COMISSÕES DE ECONOMIA, INDÚSTRIA E COMÉRCIO; DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO; E DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE REDAÇÃO - ART. 24, II)

S U M Á R I O

I - Projeto Inicial

II - Projeto apensado: PL.-1.528/96

III - Na Comissão de Economia, Indústria e Comércio:

- termo de recebimento de emendas
- parecer do relator
- parecer da Comissão

***PROJETO DE LEI Nº 1.382-A, DE 1995
(DO SR. NELSON MARCHEZAN)**

Estabelece diretrizes para a desconcentração industrial; tendo parecer da Comissão de Economia, Indústria e Comércio, pela aprovação deste, e pela rejeição do de nº 1.528/96, apensado (relator: DEP. GERSON GABRIELLI).

(ÀS COMISSÕES DE ECONOMIA, INDÚSTRIA E COMÉRCIO; DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO; E DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE REDAÇÃO - ART. 24, II)

** Projeto inicial publicado no DCN de 18/01/96*

- Projeto apensado publicado no DCN de 14/03/96

PARECER DA COMISSÃO DE ECONOMIA, INDÚSTRIA E COMÉRCIO

S U M Á R I O

- termo de recebimento de emendas
- parecer do relator
- parecer da Comissão



CÂMARA DOS DEPUTADOS
COMISSÃO DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO

TERMO DE RECEBIMENTO DE EMENDAS

PROJETO DE LEI Nº 1.382-A/95

Nos termos do art. 119, I, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, o Sr. Presidente determinou a abertura e divulgação na Ordem do Dia das Comissões de prazo para apresentação de emendas, a partir de 11/03/02, por cinco sessões. Esgotado o prazo, não foram recebidas emendas ao projeto.

Sala da Comissão, em 18 de março de 2002.


Maria Linda Magalhães
Secretária



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Ofício nº869 /01 CEIC
Publique-se.
Em 08/02/02


AÉCIO NEVES
Presidente



Documento : 7142 - 1



CÂMARA DOS DEPUTADOS

COMISSÃO DE ECONOMIA, INDÚSTRIA E COMÉRCIO

Ofício-Pres nº 869/01

Brasília, 5 de dezembro de 2001.

Senhor Presidente,

Em cumprimento ao disposto no Art. 58 do Regimento Interno, comunico a Vossa Excelência a apreciação do Projeto de Lei nº 1.382/95, por este Órgão Técnico.

Solicito a Vossa Excelência autoriza a publicação do referido projeto e do parecer a ele oferecido.

Respeitosamente,


Deputado **MARCOS CINTRA**
Presidente

A Sua Excelência o Senhor
Deputado **AÉCIO NEVES**
Presidente da Câmara dos Deputados

Lote: 74
PL N° 1382/1995
Caixa: 69

| SECRETARIA - GERAL DA MES | |
|---------------------------|---------------------------------------|
| Recebido | <i>Francisco</i> |
| Órgão | <i>C.C.P.</i> n.º <i>4380/01</i> |
| Data: | <i>08/02/02</i> Hora: <i>3:15</i> |
| Ass.: | <i>[Signature]</i> Ponto: <i>2751</i> |



Câmara dos Deputados

16

REQ 160/2003

Autor: Severino Cavalcanti

Data da
Apresentação: 18/02/2003

Ementa: Requer o desarquivamento de proposições.

Forma de
Apreciação:

Despacho: "DEFIRO o desarquivamento das seguintes proposições: PEC nº 76/95, PLs nºs 1.528/96, 4.206/98, 3.282/97, 2.822/97, 947/99, 5.040/01, 7.235/02, 7.236/02, 3.592/97, PDC nº 737/98 e PLP nº 65/95. DECLARO PREJUDICADO o presente Requerimento quanto às PECs nºs 63/95 e 77/95, PLs nºs 2.848/97 e 255/99, e REC nº 206/97, em virtude de as respectivas matérias já se encontrarem desarquivadas. INDEFIRO quanto ao REC nº 196/00, em virtude de não constar dos registros da Casa a existência da proposição. Oficie-se ao Requerente e, após, publique-se."

Regime de
tramitação:

af ao 1382/95

Em 03 / 04 / 2003

JOÃO PAULO CUNHA
Presidente



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Requerimento 160/03
(Do Senhor Deputado SEVERINO CAVALCANTI)

Requer o desarquivamento de proposições.

Senhor Presidente:

Nos termos do art. 105, parágrafo único, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, requeiro a V.Exa. o desarquivamento das seguintes proposições, a seguir relacionadas:

- . PEC nº 063/1995
- . PEC nº 076/1995
- . PEC nº 077/1995
- . PL nº 1528/1996
- . PL nº 2848/1997
- . PL nº 4206/1998
- . PL nº 3282/1997
- . PL nº 2822/1997
- . PL nº 947/1999
- . PL nº 5040/2001
- . PL nº 7235/2002
- . PL nº 7236/2002
- . PL nº 255/1999
- . PL nº 3592/1997
- . PDC nº 737/1998
- . PLP nº 065/1995
- . REC nº 206/1997
- . REC nº 196/2000

Sala das Sessões, em 18 de fevereiro de 2003


Deputado SEVERINO CAVALCANTI



81081DB02



CÂMARA DOS DEPUTADOS

COMISSÃO DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO

PROJETO DE LEI Nº 1.382, DE 1995

(Apensado: PL nº 1.528, DE 1996)

Estabelece diretrizes para a
desconcentração industrial.

AUTOR: NELSON MARCHESAN

RELATORA: Deputada YEDA CRUSIUS

I. RELATÓRIO

O Projeto de Lei nº 1.382, de 1995, dispõe que o Poder Executivo desenvolverá as políticas fiscal, industrial, tecnológica, agrícola e de crédito tendo como objetivo a promoção da desconcentração industrial, visando ao desenvolvimento econômico equilibrado e a redução das desigualdades regionais.

Nesse sentido, cria o Programa de Desconcentração de Investimentos Industriais (PDII), que deverá promover investimentos e a criação de centros e complexos industriais nas regiões de menor densidade industrial do País, fazendo uso, para tanto, dos seguintes mecanismos principais:

- concessão de benefícios fiscais;
- linhas de crédito favorecidas;
- apoio à criação de centros industriais;
- seletividade na distribuição dos investimentos públicos em infraestrutura e nos novos empreendimentos das empresas estatais;



1D81B3C457



CÂMARA DOS DEPUTADOS

- alocação de centros de excelência em ciência e tecnologia, financiados com verbas públicas, nas áreas de menor densidade de atividade industrial.

A proposição define os incentivos fiscais, que contemplam o Imposto de Importação, o Imposto sobre Produtos Industrializados e a depreciação acelerada dos investimentos em capital fixo e remete para o regulamento a fixação da política oficial de crédito.

De acordo com o Projeto, a União poderá decretar a desapropriação de terras destinadas à implantação de distritos, centros e complexos industriais aprovados pelo PDII.

Caberá, ainda, ao Poder Executivo, a realização ou o financiamento de estudos de viabilidade técnica que identifiquem oportunidades de implantação de centros e complexos industriais, bem como o fornecimento ou financiamento de assistência técnica e consultoria gerencial e mercadológica.

Dispõe o PL que a promoção da desconcentração industrial constará como parâmetro e como objetivo a ser atingido em qualquer compromisso vinculado a desempenho firmado pela União com empresas sob o seu controle. No caso das sociedades de economia mista, a União ressarcirá as eventuais perdas econômicas, objetivamente constatadas, provocadas pela submissão dos planos de investimento e de expansão da empresa às diretrizes da desconcentração industrial.

Encontra-se em apenso o Projeto de Lei nº 1.528, de 1996, que cria incentivos para as empresas situadas nos estados menos desenvolvidos da Federação, definidos como aqueles cuja renda per capita seja menor que 75% da renda per capita nacional.

O PL prevê que seja apartado percentual dos recursos disponíveis nas instituições financeiras federais para empréstimos, com juros mais baixos, nos estados menos desenvolvidos. Além disso, estipula incentivos fiscais relativos ao Imposto de Importação, ao Imposto sobre Produtos Industrializados e ao Imposto





CÂMARA DOS DEPUTADOS

sobre Operações Financeiras e permite a depreciação acelerada do capital fixo e o abatimento do Imposto de Renda devido das despesas em pesquisas tecnológicas

Por fim, cria o Fundo de Pesquisa Tecnológica com recursos oriundos do Imposto sobre Operações Financeiras.

No âmbito desta Comissão não foram apresentadas emendas aos Projetos.

É o relatório.

II. VOTO

Preliminarmente ao exame do mérito, cabe apreciar as proposições quanto à sua compatibilidade ou adequação com o plano plurianual, a lei de diretrizes orçamentárias e o orçamento anual, nos termos do Regimento Interno da Câmara dos Deputados (RI, arts. 32, IX, "h" e 53, II) e de Norma Interna da Comissão de Finanças e Tributação, que "estabelece procedimentos para o exame de compatibilidade ou adequação orçamentária e financeira", aprovada pela CFT em 29 de maio de 1996. Cabe analisar os Projetos, ainda, à luz da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal-LRF).

Os projetos em análise têm por objetivo principal promover a desconcentração industrial valendo-se, para tanto, de instrumentos como a concessão de benefícios fiscais, linhas de crédito favorecidas, direcionamento de recursos das agências financeiras oficiais para o financiamento em áreas determinadas, vinculação dos objetivos e políticas de empresas estatais federais, entre outras.

No PL nº 1.382/1995, um primeiro aspecto de adequação que merece





CÂMARA DOS DEPUTADOS

análise refere-se ao disposto no seu art. 5º, que autoriza a redução de até 100% do Imposto de Importação e do Imposto sobre Produtos Industrializados para os projetos industriais considerados no âmbito do PDII, o que caracteriza a concessão de benefícios de natureza tributária.

A Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2004 (Lei nº 10.707, de 30 de julho de 2003), em seu art. 90, condiciona a aprovação de lei que conceda ou amplie incentivo ou benefício de natureza tributária ao cumprimento do art. 14 da Lei de Responsabilidade Fiscal, o qual, por sua vez, determina:

“Art. 14. A concessão ou ampliação de incentivo ou benefício de natureza tributária da qual decorra renúncia de receita deverá estar acompanhada do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deva iniciar sua vigência e nos dois seguintes, atender ao disposto na lei de diretrizes orçamentárias e a pelo menos uma das seguintes condições:

I – demonstração pelo proponente de que a renúncia foi considerada na estimativa de receita da lei orçamentária, na forma do art. 12, e de que não afetará as metas de resultados fiscais previstas no anexo próprio da lei de diretrizes orçamentárias;

II – estar acompanhada de medidas de compensação, no período mencionado no caput, por meio do aumento de receita, proveniente da elevação de alíquotas, ampliação da base de cálculo, majoração ou criação de tributo ou contribuição.

§ 1º A renúncia compreende anistia, remissão, subsídio, crédito presumido, concessão de isenção em caráter não geral, alteração de alíquota ou modificação de base de cálculo que implique redução discriminada de tributos ou contribuições, e outros benefícios que correspondam a tratamento diferenciado.”

No art. 6º, parágrafo único, o Projeto dispõe que os estabelecimentos oficiais de crédito deverão, na forma de regulamento, estabelecer linhas de financiamento próprias e favorecidas para os projetos industriais desenvolvidos no âmbito do PDII. Ocorre, porém, que a política de aplicação das agências financeiras oficiais de fomento é, por força de dispositivo constitucional (art. 165, §2º), matéria reservada à Lei de Diretrizes Orçamentárias. A LDO/2004 define os

C:\Arquivos de Programas\Autenticador\ArquivoTempV.doc



1D81B3C457



CÂMARA DOS DEPUTADOS

parâmetros a serem seguidos por essas instituições no seu Capítulo VI.

Outros pontos do projeto que merecem análise referem-se às autorizações para desapropriação de terras e para ressarcimento de estatais por eventuais prejuízos.

O art. 7º do PL prevê que o Governo Federal poderá decretar a desapropriação de terras destinadas à implantação de Distritos, Centros e Complexos Industriais aprovados pelo PDII. De acordo com a proposição, as desapropriações deverão ser feitas na forma do art. 5º, inciso XXIV, da Constituição Federal, que dispõe:

*"XXIV - a lei estabelecerá o procedimento para desapropriação por necessidade ou utilidade pública, ou por interesse social, **mediante justa e prévia indenização em dinheiro**, ressalvados os casos previstos nesta Constituição;" (Grifos nossos)*

Estabelece também o Projeto, no seu art. 9º, § 3º, que as sociedades de economia mista farão jus a ressarcimento por eventuais prejuízos decorrentes da submissão dessas empresas às diretrizes da desconcentração industrial.

Como se observa, a viabilização desses itens depende de dotações orçamentárias específicas, que, porém, não constam da Lei nº 10.837, de 16/01/04 (Lei Orçamentária Anual para 2004).

Com relação ao Projeto de Lei nº 1.528, de 1996, verificamos que alguns de seus dispositivos também colidem com os preceitos de compatibilidade e adequação orçamentária e financeira.

O primeiro ponto diz respeito ao estabelecimento de percentuais mínimos de aplicação de recursos das instituições financeiras federais em áreas determinadas. Cumpre ressaltar que esse assunto integra a política das agências financeiras oficiais de fomento e, portanto, também é matéria reservada à LDO.

Outro aspecto a ser destacado é que o Projeto também prevê a concessão de benefícios tributários e financeiros cuja viabilização, como já mencionado, depende do atendimento aos requisitos do art. 14 da LRF.

Merece análise, ainda, dispositivo constante do Projeto que prevê a





CÂMARA DOS DEPUTADOS

criação do Fundo de Pesquisa Tecnológica, a ser formado com recursos correspondentes a 10% do Imposto sobre Operações Financeiras – IOF.

Uma primeira limitação à essa iniciativa diz respeito à vinculação de parte da receita do IOF ao fundo proposto, uma vez que, de acordo com o art. 167, IV, da Constituição Federal (com redação dada pela Emenda Constitucional nº 29 de 13/09/00), é vedada:

"IV – a vinculação de receita de impostos a órgão, fundo ou despesa, ressalvadas a repartição do produto da arrecadação dos impostos a que se referem os arts. 158 e 159, a destinação de recursos para as ações e serviços públicos de saúde e para manutenção e desenvolvimento do ensino, como determinado, respectivamente, pelos arts. 198, § 2º, e 212, e a prestação de garantias às operações de crédito por antecipação de receita, previstas no art. 165, § 8º, bem como o disposto no § 4º deste artigo;"(Grifos nossos)

Outro obstáculo consta da Norma Interna desta Comissão, que restringe a criação de Fundos ao dispor em seu art. 6º que:

"É inadequada orçamentária e financeiramente a proposição que cria ou prevê a criação de fundos com recursos da União."

Examinando as proposições em tela, verifica-se que ferem dispositivos da Constituição Federal, da LDO e da LRF, não estando previstos seus efeitos na LOA/2004. Portanto, não podem ser consideradas adequadas ou compatíveis, sob os aspectos orçamentário e financeiro, malgrado os nobres propósitos que orientaram a sua elaboração.

Dessa forma, fica prejudicado o exame quanto ao mérito, na Comissão de Finanças e Tributação, em função do disposto no art. 10 da Norma Interna - CFT:

"Art. 10. Nos casos em que couber também à Comissão o exame do mérito da proposição, e for constatada a sua incompatibilidade ou inadequação, o mérito não será examinado pelo Relator, que registrará o fato em seu voto."

Diante de todo o exposto, **VOTO PELA INCOMPATIBILIDADE E PELA INADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA DO PROJETO DE**





CÂMARA DOS DEPUTADOS

LEI Nº 1.382, de 1995, BEM COMO DO PROJETO DE LEI Nº 1.528, DE 1996,
APENSADO.

Sala da Comissão, em 10 de dezembro de 2004.


Deputada YEDA CRUSIUS
Relatora



1D81B3C457



CÂMARA DOS DEPUTADOS

COMISSÃO DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO

PROJETO DE LEI Nº 1.382-B, DE 1995

III - PARECER DA COMISSÃO

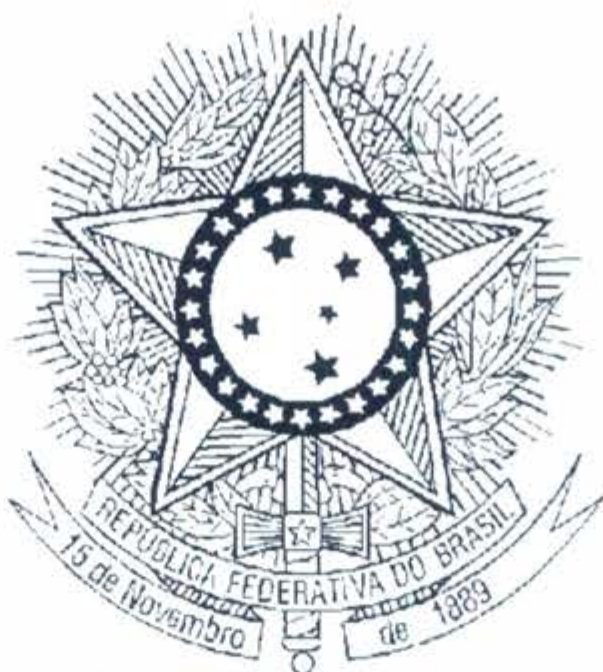
A Comissão de Finanças e Tributação, em reunião extraordinária realizada hoje, concluiu, unanimemente, pela incompatibilidade e inadequação financeira e orçamentária do Projeto de Lei nº 1.382-A/95 e do PL nº 1.528/96, apensado, nos termos do parecer da relatora, Deputada Yeda Crusius.

Estiveram presentes os Senhores Deputados:

Nelson Bornier, Presidente; Alexandre Santos, Paulo Rubem Santiago e Carlos Willian, Vice-Presidentes; Coriolano Sales, Eliseu Resende, Fernando Coruja, Luiz Carreira, Marcelino Fraga, Mussa Demes, Paulo Afonso, Roberto Brant, Vignatti, Virgílio Guimarães, Eduardo Cunha, Feu Rosa, João Batista, João Magalhães, José Militão e Wasny de Roure.

Sala da Comissão, em 14 de dezembro de 2004.


Deputado NELSON BORNIER
Presidente



CÂMARA DOS DEPUTADOS

PROJETO DE LEI N.º 1.382-B, DE 1995

(Do Sr. Nelson Marchezan)

Estabelece diretrizes para a desconcentração industrial; tendo pareceres: da Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio, pela aprovação deste e pela rejeição do de nº 1.528/1996, apensado (relator: DEP. GERSON GABRIELLI); e da Comissão de Finanças e Tributação, pela incompatibilidade e inadequação financeira e orçamentária deste e do de nº 1.528/1996, apensado (relatora: DEP. YEDA CRUSIUS).

DESPACHO:

ÀS COMISSÕES DE:

DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO;
FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO; E
CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA.

APRECIÇÃO:

Proposição sujeita à apreciação conclusiva pelas Comissões - Art. 24, II

S U M Á R I O

I – Projeto Inicial

II – Apensado: PL nº 1.528/1996

III – Na Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio:

- parecer do relator
- parecer da Comissão

IV – Na Comissão de Finanças e Tributação:

- parecer do relator
- parecer da Comissão